

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP

**RELATÓRIO DE REVISÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

EM 31 DE MARÇO DE 2025

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP

**RELATÓRIO DE REVISÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

EM 31 DE MARÇO DE 2025

Conteúdo:

✓	Informações Iniciais.....	3
✓	Apresentação	5
✓	Metodologia de Trabalho	7
✓	Relatório Sobre a Revisão Das Informações Trimestrais - ITR	10
✓	Demonstrações Financeiras Intermediárias Findas 31 de março de 2025.....	15
	Balanços Patrimoniais.....	16
	Demonstrações dos Resultados	18
	Demonstrações dos Resultados Abrangentes	19
	Demonstrações do Valor Adicionado	22
✓	Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Intermediárias	23
✓	Autorização para Apresentação das Demonstrações Financeiras Intermediárias.....	69
✓	Declaração de Concordância com as Demonstrações Financeiras Intermediárias.....	70
✓	Declaração de Concordância com o Relatório dos Auditores Independentes	71

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGPAR

RELATÓRIO DE REVISÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

EM 31 DE MARÇO DE 2025

✓ Informações Iniciais

Com vistas à execução do trabalho de auditoria independente voltada ao exame das demonstrações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, da **Companhia Celg de Participações - CELGPAR**, levantadas em **31 de março de 2025**, realizamos nosso trabalho no período de **14 de abril a 15 de maio de 2025**.

O trabalho foi realizado segundo padrões usuais de auditoria, incluindo, conforme o caso, aplicação de testes e exames sobre as operações, livros, registros, documentos e posições contábeis e auxiliares em geral, numa base seletiva, na extensão e profundidade julgadas necessárias nas circunstâncias, e em consonância com a NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e a *ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*.

✓ Apresentação

✓ **Apresentação**

Firma de Auditoria

Nome empresarial: **CONVICTA Auditores Independentes S/S Ltda**

Endereço: Rua Dom Vital, 115, sala 15, Farol, Cep: 57.051-200, Maceió - Alagoas
– Brasil – Fone: +55 (82) 3023-0179

Inscrições: CNPJ nº 03.061.922/0001-05
CRC/AL nº 196 I CVM nº 7.706 I CNAI-PJ nº 62
CVM / SUSEP / BACEN / OCB / IBRACON / ICBR / IIA BRASIL / MP-AL

Responsável Técnico: Carlos Henrique do Nascimento
Contador – CRC/AL nº 3.376 - CNAI nº 594

Companhia Auditada

Nome empresarial: **Companhia Celg de Participações - CELGP**

Sede: Rua 88-A, nº 116, Quadra F-37, Lote 13, Setor Sul, Cep 74.805-020,
Goiânia – Goiás - Brasil

Inscrição: CNPJ nº 08.560.444/0001-93

Diretor Presidente: Jose Fernando Navarrete Pena

Diretor Vice-Presidente
e de Relações com
Investidores: Gustavo Mendanha Melo

Diretora de Gestão
Corporativa: Anita Luzia de Souza Pinheiro da Costa Belchior

Diretor Técnico e
Comercial: Marcos Roberto Silva

Contador: Cleiton Silva Ferreira
CRC-GO 18.721/O-6

✓ Metodologia de Trabalho

✓ Metodologia de Trabalho

O trabalho foi realizado em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC) aplicáveis à auditoria independente, instituídas pelas resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e em consonância com a legislação vigente, envolvendo a análise, por amostragem, das operações realizadas juntamente com seus respectivos registros contábeis, através da documentação probante e outros procedimentos julgados necessários nas circunstâncias, em grau e profundidade suficiente à emissão do relatório de revisão sobre as demonstrações financeiras intermediárias findas em **31 de março de 2025**, em consonância com a NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e a *ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*.

Utilizamos os procedimentos representativos da técnica de seleção de amostragem indicada para esse tipo de trabalho, inclusive efetuando a análise de controles internos relevantes existentes na companhia, na extensão e profundidade julgadas necessárias nas circunstâncias.

Nosso trabalho foi desenvolvido obedecendo uma linha de ação sequenciada, tendo como objetivo precípuo a constatação do atendimento das finalidades, conforme exposto a seguir:

- a) Planejamento do trabalho de auditoria;
- b) Contatos com os responsáveis pelas áreas: contábil, administrativa e financeira, envolvidos com a movimentação dos recursos, registros contábeis e outros documentos, para um melhor entendimento das operações realizadas;
- c) Análise de transações praticadas, com a finalidade de conhecer e/ou revisar os principais fluxos de documentos e informações, bem como as funções relevantes de seus controles internos;
- d) Avaliação e mensuração dos sistemas de controles internos relevantes utilizados, visando à constatação de sua segurança, principalmente, no tocante a existência da segregação de funções e responsabilidades;
- e) Leitura das atas das reuniões das assembleias gerais, dos conselhos e comitê de auditoria estatutário, quando existentes, e indagação sobre assuntos tratados nas reuniões, para os quais as atas não estão disponíveis, que possam afetar as informações intermediárias;
- f) Consideração do efeito, se houver, de assuntos que dão origem a uma modificação do relatório de auditoria ou de revisão, ajustes contábeis ou distorções não ajustadas, na época da auditoria ou das revisões anteriores;
- g) Leitura da carta de circularização dos advogados próprios e/ou terceirizados da companhia;
- h) Análise das demonstrações financeiras intermediárias das controladas, coligadas e controladas em conjunto, no intuito de avaliar o cálculo da equivalência patrimonial;
- i) Avaliação da base contábil de continuidade operacional usada pela administração;

- j) Leitura das demonstrações financeiras intermediárias, com vistas a identificar fato que leve a acreditar que, as demonstrações financeiras intermediárias não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a estrutura do relatório financeiro aplicável;
- k) Indagação aos membros da administração responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e outros, conforme apropriado, sobre:
 - se as informações intermediárias foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com a estrutura de relatório financeiro aplicável;
 - se houve alguma alteração nas práticas contábeis;
 - se as informações intermediárias contêm alguma distorção conhecida não ajustada;
 - premissas significativas que são relevantes para a mensuração ou divulgação do valor justo e a intenção;
 - mudanças significativas nos compromissos e obrigações contratuais;
 - mudanças significativas nos passivos contingentes, incluindo litígios ou reclamações;
 - transações significativas que ocorreram nos últimos dias do período intermediário ou nos primeiros dias do período intermediário seguinte;
 - conhecimento de alguma fraude ou suspeita de fraude que afeta a entidade, envolvendo:
 - a administração;
 - os empregados que tenham papéis significativos no controle interno; ou
 - outros nos quais a fraude poderia ter efeito relevante nas informações intermediárias;
 - conhecimento de quaisquer alegações ou suspeitas de fraude que afetam as informações intermediárias da companhia comunicada pelos empregados, ex-empregados, analistas, reguladores, entre outros;
 - conhecimento de qualquer não cumprimento, real ou possível, de leis ou regulamentos que poderia ter efeito relevante nas informações intermediárias; e
 - aplicação de procedimentos analíticos nas informações intermediárias que visam identificar relações e itens individuais que parecem ser não usuais e que podem refletir uma distorção relevante nas informações intermediárias.

✓ **Relatório sobre a Revisão das Informações Trimestrais - ITR, Individuais e Consolidadas, findas em 31 de março de 2025**

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Companhia CELG de Participações - CELGP
Goiânia - GO

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da **Companhia CELG de Participações – CELGP** (“companhia” ou “CELGP”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em **31 de março de 2025**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional *IAS 34 – Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e a ISRE 2410 – *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfases

(a) Controlada em conjunto Planalto Solar Park S.A

Conforme nota explicativa nº 1.6, a controlada em conjunto Planalto Solar Park S.A. foi constituída em abril de 2017 com objetivo de construir e operar Usinas Fotovoltaicas ("UFV"), iniciando suas atividades operacionais em agosto de 2024, com a construção da primeira UFV, cuja conclusão ocorreu em dezembro de 2024. As primeiras receitas devem ser geradas a partir de junho de 2025. Nossa conclusão não está modificada quanto a esse assunto.

(b) Operação de compra e venda de participações societárias

Conforme disposto na nota explicativa nº 1.7, a CELGPAR e a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. ("Eletrobras") concretizaram em 18 de fevereiro de 2025 o descruzamento de suas participações societárias nas transmissoras de energia Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia S.A., e, Lago Azul Transmissão S.A; passando a CELGPAR a deter 100% das ações do capital social da Lago Azul Transmissão S.A. e a Eletrobras 100% da participação societária da Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia S.A. Nossa conclusão não apresenta modificação relacionada a esse assunto.

(c) Incerteza relacionada com a continuidade operacional e processo de desestatização

Chamamos a atenção para notas explicativas nºs 1.8 e 1.9, pois com a edição da Lei Estadual nº 22.286/2023 e o Ofício nº 3357/2023/SGG, foi dado início ao processo de desestatização e alienação da companhia, inclusive das participações societárias em outros empreendimentos. No trimestre findo em 31 de março de 2025 e de 2024, a companhia apresentou consumo do fluxo de caixa líquido das atividades operacionais nos montantes de R\$ 848 mil e de R\$ 1.777 mil, respectivamente, além de apresentar prejuízos operacionais contábeis, nos valores de R\$ 6.101 mil e de R\$ 3.798 mil, respectivamente. Eventos e condições essas indicam a existência de incerteza relevante e que pode levantar dúvida significativa quanto a continuidade operacional da companhia. Nossa conclusão não está modificada quanto a esse assunto.

(d) Nível de segurança da barragem da PCH Rochedo

Conforme disposto na nota explicativa nº 1.10, estudo independente de estabilidade da UHE Rochedo (GP2665 – RE-INS-2665-001_rev06), concluiu que o nível de segurança da barragem PCH Rochedo está classificada como de classe “A”, requerendo monitoramento e reparos das anomalias, e que a barragem se encontra com nível de segurança de “atenção”. A CELGPARG deu início as ações de reparo e recuperação definidas no relatório do estudo de estabilidade das barragens de terra e concreto (GP2665 – RE-CON-2665-002-R04), datados de fevereiro de 2024. Nossa conclusão não está modificada quanto a esse assunto.

(e) Apresentação e reporte da DFC pelo método indireto

Conforme nota explicativa nº 2.4, a administração da companhia decidiu a partir do 1º trimestre de 2025 utilizar para fins de reporte a apresentação da DFC pelo método indireto, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS. Nossa conclusão não apresenta modificação relacionada a esse assunto.

(f) Reapresentação de saldos comparativos das DFC indireta de período anterior

Conforme nota explicativa nº 3.3, a companhia realizou a reapresentação de forma retrospectiva e espontânea de valores nas demonstrações dos fluxos de caixa indireta, individual e consolidada, findas em 31 de março de 2024, referente a reclassificação entre contas das atividades operacionais. Nossa conclusão não apresenta modificação relacionada a esse assunto.

(g) Seguros dos principais ativos da companhia

Chamamos a atenção para nota explicativa nº 29, pois a companhia não mantém apólices de seguro patrimonial para os ativos e instalações vinculadas aos contratos de concessão das atividades de geração de energia elétrica, em virtude de não ter encontrado no mercado seguradora interessada em firmar contrato de seguro. Nossa conclusão não está modificada quanto a esse assunto.

Outros assuntos

(i) Demonstração do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individual e consolidada, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

(ii) Demonstrações financeiras intermediárias findas em 31 de março de 2024 e findas em 31 de dezembro de 2024

As demonstrações financeiras intermediárias para o período de três meses findo em 31 de março de 2024, foram por nós revisadas, com a emissão de relatório dos auditores independentes sobre a revisão daquelas demonstrações financeira em 13 de maio de 2024, sem modificação de opinião e com parágrafos de ênfases. As demonstrações financeiras, da companhia, findas em 31 de dezembro de 2024, foram por nós auditadas, com emissão de relatório dos auditores independentes, em 14 de março de 2025, sem modificação na opinião, e com parágrafos de ênfases.

Maceió/AL, 15 de maio de 2025.

CONVICTA
Auditores Independentes S/S Ltda
CRC/AL nº 196 - CVM nº 7.706 - CNAI-PJ nº 62

Carlos Henrique do Nascimento
Contador
CRC/AL nº 3.376 - CNAI nº 594

✓ **Demonstrações Financeiras e Notas
Explicativas Intermediárias – Individuais e
Consolidadas**



Demonstrações Financeiras Intermediárias – Individuais e Consolidadas

31 de março de 2025

CNPJ nº 08.560.444/0001-93

CAPITAL ABERTO

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES – CELGP
CNPJ nº 08.560.444/0001-93
Balanços Patrimoniais – Individuais e Consolidados
Em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
Ativo		837.787	823.968	862.868	844.625
Circulante		278.981	245.917	301.818	259.739
Caixa e Equivalentes a Caixa	4	235.602	203.811	244.478	207.835
Contas a Receber	5	1.611	1.398	3.460	2.601
Serviços em Curso		-	-	251	198
Tributos Compensáveis	6	7.408	6.756	7.713	6.760
Estoques		106	18	147	59
Empréstimos	7	15.901	15.655	15.901	15.655
Despesas Pagas Antecipadamente		262	42	339	130
Ativo de Contrato	8	6.411	6.284	20.145	15.297
Outros Ativos	9	11.680	11.953	9.384	11.204
Não Circulante		558.806	578.051	561.050	584.886
Realizável a Longo Prazo		190.276	191.935	322.601	275.399
Investimentos Temporários	14.4	-	-	1.474	1.429
Depósitos Judiciais e Cauções		-	-	151	-
Empréstimos	7	27.200	31.241	27.200	31.241
Despesas Pagas Antecipadamente		1	5	1	5
Ativo de Contrato	8	59.948	58.299	189.200	140.151
Outros Ativos	9	103.127	102.390	104.575	102.573
Investimentos	10	355.923	373.315	225.774	296.686
Imobilizado	11	5.772	5.931	5.777	5.931
Intangível	12	6.835	6.870	6.898	6.870

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES – CELGP
CNPJ nº 08.560.444/0001-93
Balanços Patrimoniais – Individuais e Consolidados
Em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
Passivo		837.787	823.968	862.868	844.625
Circulante		6.596	7.172	10.123	10.269
Fornecedores	13	623	1.168	914	1.361
Empréstimos e Financiamentos	14	659	632	3.209	3.185
Obrigações Sociais e Trabalhistas	15	3.314	3.305	3.536	3.396
Tributos a Pagar	16	1.783	1.924	2.194	2.152
Dividendos a Pagar	20.2	33	33	33	33
Encargos Setoriais	17	80	76	105	92
Outros Passivos		104	34	132	50
Não Circulante		41.271	33.237	62.825	50.797
Empréstimos e Financiamentos	14	-	127	9.279	10.025
Provisões para Litígios	18	1.531	308	3.716	1.642
Encargos Setoriais	17	141	128	512	295
Provisões para Descomissionamento	11.4	165	165	165	165
Tributos Diferidos	19	39.434	32.509	49.153	38.670
Patrimônio Líquido		789.920	783.559	789.920	783.559
Capital Social	20.1	602.351	602.351	602.351	602.351
Reserva de Lucros	20.2	181.208	181.208	181.208	181.208
Lucros Acumulados		6.361	-	6.361	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES – CELGP
CNPJ nº 08.560.444/0001-93
Demonstrações dos Resultados – Individuais e Consolidadas
Em 31 de março de 2025 e 31 de março de 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	01/01/2025 a 31/03/2025	01/01/2024 a 31/03/2024	01/01/2025 a 31/03/2025	01/01/2024 a 31/03/2024
Operações em Continuidade					
Receita Operacional Líquida	21	4.814	5.286	9.363	8.342
Custo de Construção	22	(540)	(944)	(540)	(944)
Custos Operacionais	23	(1.127)	(1.394)	(3.018)	(1.992)
Lucro Bruto Operacional		3.147	2.948	5.805	5.406
Despesas Gerais e Administrativas	23	(9.248)	(6.746)	(9.858)	(7.117)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	24	(16.283)	1.146	(16.283)	1.146
Resultado de Equivalência Patrimonial	10	9.276	8.687	7.427	6.923
(Prejuízo) Lucro Antes das Receitas e Despesas Financeiras		(13.108)	6.035	(12.909)	6.358
Receitas (Despesas) Financeiras - Resultado Financeiro Líquido	25	26.218	6.069	26.240	5.866
Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		13.110	12.104	13.331	12.224
Imposto de Renda e Contribuição Social	26	(6.749)	(1.166)	(6.970)	(1.286)
Lucro Líquido do Período		6.361	10.938	6.361	10.938
Atribuível aos Acionistas Controladores	27	6.355	10.927	6.355	10.927
Atribuível aos Acionistas Não Controladores	27	6	11	6	11
Resultado por Ação Atribuível aos Acionistas					
Resultado Básico por Ação (Reais/Ação) - ON	27	0,082	0,137	0,082	0,137
Resultado Diluído por Ação (Reais/Ação) - ON	27	0,082	0,137	0,082	0,137

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES – CELGP
CNPJ nº 08.560.444/0001-93
Demonstrações dos Resultados Abrangentes – Individuais e Consolidadas
Em 31 de março de 2025 e 31 de março de 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		01/01/2025 a 31/03/2025	01/01/2024 a 31/03/2024	01/01/2025 a 31/03/2025	01/01/2024 a 31/03/2024
Lucro Líquido do Período		6.361	10.938	6.361	10.938
Outros Resultados Abrangentes		-	-	-	-
Resultado Abrangente do Período		6.361	10.938	6.361	10.938
Atribuível aos Acionistas Controladores	27	6.355	10.927	6.355	10.927
Atribuível aos Acionistas Não Controladores	27	6	11	6	11

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES – CELGP

CNPJ nº 08.560.444/0001-93

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – Individuais e Consolidadas

Em 31 de março de 2025 e 31 de março de 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital Social	Reservas de Lucro			Lucros Acumulados	Patrimônio Líquido
		Reserva Legal	Reserva de Retenção de Lucros	Reserva Especial Dividendo Não Distribuído		
Saldos em 31 de dezembro de 2023	602.351	58.554	73.593	11.573	-	746.071
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	10.938	10.938
Saldos em 31 de março de 2024	602.351	58.554	73.593	11.573	10.938	757.009
Saldos em 31 de dezembro de 2024	602.351	60.428	100.304	20.476	-	783.559
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	6.361	6.361
Saldos em 31 de março de 2025	602.351	60.428	100.304	20.476	6.361	789.920

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES – CELGP**CNPJ nº 08.560.444/0001-93****Demonstrações dos Fluxos de Caixa Método Indireto – Individuais e Consolidadas****Em 31 de março de 2025 e 31 de março de 2024****(Valores expressos em milhares de reais)**

	Nota	Controladora		Consolidado	
		01/01/2025 a	01/01/2024 a	01/01/2025 a	01/01/2024 a
		31/03/2025	31/03/2024	31/03/2025	31/03/2024
		Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		(848)	(1.777)	1.320	(219)
Lucro Líquido do Período		6.361	10.938	6.361	10.938
Despesas (Receitas) que não afetam Caixa e Equivalentes de Caixa		(5.913)	(11.118)	(3.700)	(9.537)
Energia Elétrica de Curto Prazo - Não Faturado		(236)	13	(236)	13
Receita de Construção		(602)	(1.054)	(602)	(1.054)
Receita de Remuneração do Ativo de Contrato		(2.730)	(3.030)	(6.665)	(5.650)
Amortização do Ativo de Contrato		1.556	1.591	4.895	3.718
Pis e Cofins Diferidos		176	231	196	248
Custo de Construção		540	944	540	944
Depreciação de Arrendamento		156	156	156	156
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		-	-	36	12
Provisão para Litígios Cíveis		1.223	-	1.874	-
Depreciação		6	33	7	33
Amortização		76	78	76	78
Outros Movimentos Operacionais		-	(1)	-	(1)
Ganhos de Capital na Alienação de Imóveis		(158)	(1.111)	(158)	(1.111)
Ajuste ao Valor Justo de Imóveis		158	(35)	158	(35)
Perdas na Alienação de Investidas	24	16.283	-	16.283	-
Resultado de Equivalência Patrimonial	10	(9.276)	(8.687)	(7.427)	(6.923)
Rendimentos de Investimentos Temporários		-	-	(45)	(37)
Juros sobre Empréstimos Ativos	7	(740)	(981)	(740)	(981)
Juros sobre Empréstimos Passivos		-	-	227	277
Juros sobre Passivo de Arrendamento		10	20	10	20
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	26	6.749	706	6.819	747
Deságio na Aquisição de Investidas	25	(19.113)	-	(19.113)	-
Amortização de Ágio de Investimentos		9	9	9	9
Redução (Aumento) de Ativos Operacionais		(993)	(1.541)	(1.068)	(1.550)
Contas a Receber		17	(5)	(80)	(46)
Tributos Compensáveis		(652)	(1.235)	(652)	(1.235)
Estoques		(88)	(33)	(88)	(33)
Despesas Pagas Antecipadamente		(216)	(283)	(182)	(241)
Outros Ativos		(54)	15	(66)	5
Aumento (Redução) de Passivos Operacionais		(173)	901	6	1.007
Fornecedores		(367)	114	(356)	96
Obrigações Sociais e Trabalhistas		9	(149)	63	(113)
Tributos a Pagar		99	878	196	955
Encargos Setoriais		17	19	27	19
Outros Passivos		69	39	76	50
Juros Recebidos		6	2	6	3
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos		(136)	(959)	(285)	(1.080)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		32.749	1.985	32.678	1.985
Alienação de Investimentos	1.7	29.631	-	29.631	-
Recebimento de Empréstimos e Mútuos	7	3.784	3.543	3.784	3.543
Recebimento de Juros sobre Empréstimos e Mútuos	7	751	992	751	992
Recebimento na Alienação de Imóveis		210	1.382	210	1.382
Recebimento de Dividendos de Coligadas e Controladas		200	-	200	-
Aportes/Aumento de Capital em Coligadas e Controladas		(313)	-	(313)	-
Aquisição de Imobilizado e Ativo de Contrato		(781)	(3.956)	(781)	(3.956)
Aquisição de Intangível e Ativo de Contrato		(79)	-	(79)	-
Outros (Pagamentos) Recebimentos de Investimentos		(654)	24	(725)	24
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		(110)	(110)	(959)	(1.009)
Pagamento de Empréstimos	14	(103)	(97)	(712)	(706)
Pagamento de Juros sobre Empréstimos	14	(7)	(13)	(247)	(303)
AUMENTO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		31.791	98	33.039	757
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	4	203.811	194.317	211.439	196.295
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	4	235.602	194.415	244.478	197.052
AUMENTO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		31.791	98	33.039	757

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES – CELGP
CNPJ nº 08.560.444/0001-93
Demonstrações do Valor Adicionado– Individuais e Consolidadas
Em 31 de março de 2025 e 31 de março de 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	01/01/2025 a 31/03/2025	01/01/2024 a 31/03/2024	01/01/2025 a 31/03/2025	01/01/2024 a 31/03/2024
1. RECEITAS	5.437	7.101	10.181	10.297
1.1. Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	4.835	4.901	9.615	8.109
1.2. Outros Resultados	-	1.146	-	1.146
1.3. Receitas Relativas à Construção de Ativos Próprios	602	1.054	602	1.054
1.4. Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - Reversão / (Constituição)	-	-	(36)	(12)
2. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(20.195)	(2.478)	(22.091)	(3.183)
2.1. Custos das Mercadorias, Produtos e Serviços Vendidos	(276)	(402)	(276)	(402)
2.2. Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Outros Insumos	(2.316)	(2.033)	(3.508)	(2.693)
2.4. Outros	(17.603)	(43)	(18.307)	(88)
3. VALOR ADICIONADO BRUTO (1 - 2)	(14.758)	4.623	(11.910)	7.114
4. DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	(238)	(267)	(239)	(267)
5. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3 - 4)	(14.996)	4.356	(12.149)	6.847
6. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	35.779	14.973	34.182	13.289
6.1. Resultado de Equivalência Patrimonial	9.276	8.687	7.427	6.923
6.2. Receitas Financeiras	7.390	6.286	7.642	6.366
6.3. Outros	19.113	-	19.113	-
7. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5 + 6)	20.783	19.329	22.033	20.136
8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO (8.1 + 8.2. + 8.3 + 8.4)	20.783	19.329	22.033	20.136
8.1. Pessoal	5.633	5.256	6.078	5.455
8.1.1. Remuneração Direta	4.728	4.397	5.089	4.549
8.1.2. Benefícios	567	535	625	570
8.1.3. FGTS	338	324	364	336
8.2. Impostos, Taxas e Contribuições	8.725	3.076	9.281	3.392
8.2.1. Federais	8.678	3.014	9.226	3.328
8.2.2. Estaduais	14	4	21	6
8.2.3. Municipais	33	58	34	58
8.3. Remuneração de Capitais de Terceiros	64	59	313	351
8.3.1. Juros	14	21	246	302
8.3.2. Aluguéis	41	29	58	40
8.3.3. Outras	9	9	9	9
8.4. Remuneração de Capitais Próprios	6.361	10.938	6.361	10.938
8.4.3. Lucros Retidos	6.361	10.938	6.361	10.938

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES – CELGPARG

CNPJ nº 08.560.444/0001-93

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Intermediárias – Individuais e Consolidadas
Findas em 31 de março de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

Nesse tópico são apresentadas informações do contexto operacional:

1.1.Contexto operacional da CELGPARG

A Companhia Celg de Participações – Celgpar (“CELGPARG”, “companhia” ou “controladora”), situada à Rua 88-A, nº 116, Quadra F-37, Lote 13, Setor Sul, Cep 74.805- 020, na cidade de Goiânia - GO, tendo o Estado de Goiás como seu principal controlador, jurisdicionada à Secretaria Geral de Governadoria – SGG, foi constituída em 4 de dezembro de 2006, proveniente da segregação de ativos da Companhia Energética de Goiás, sendo criada por escritura pública, conforme autorização concedida pela Lei Estadual nº 15.714, de 28 de junho de 2006.

A CELGPARG é uma companhia por ações de capital aberto, constituída com o objetivo principal de atuar como *holding*, participando no capital de outras sociedades dedicadas às atividades de geração, transmissão e comercialização de energia elétrica, conforme ditames do seu estatuto social, com registro na Comissão de Valores Mobiliários sob o nº 2139-3.

1.2.Concessões de geração detidas pela CELGPARG

A CELGPARG detém junto à ANEEL as seguintes concessões de geração, além das participações acionárias relacionadas nas notas explicativas nº 1.4 a 1.6:

Geração	Localidade	Estado	Contrato de Concessão	Data da Concessão	Vencimento	Capacidade Instalada (MW)	Garantia Física (MW)
UHE						16,000	10,200
São Domingos (a)	Rio São Domingos	GO	PRT 352/2013	01/11/2013	Indeterminada	12,000	7,200
Rochedo (b)	Rio Meia Ponte	GO	CC 002/2016	05/01/2016	05/01/2046	4,000	3,000
CGH						0,350	0,283
Mambai (c)	Rio Corrente	GO	CC 062/2000	17/01/1973	09/11/2034	0,350	0,283
						16,350	10,483

(a) UHE São Domingos: A CELGPARG continua operando a usina por autorização, conforme Portaria nº 352, de 10 de outubro de 2013, do Ministério de Minas e Energia – MME. Em 14 de março de 2008 foi solicitada a renovação da concessão pela administração da anterior controlada CELG T, estando esta renovação em discussão administrativa junto ao Ministério de Minas e Energia - MME, bem como na esfera judicial. A Resolução Autorizativa nº 10.555, de 14 de setembro de 2021, da ANEEL, transferiu para a CELGPARG a titularidade da UHE São Domingos.

(b) UHE Rochedo: A concessão da UHE Rochedo expirou em 07 de julho de 2015. Contudo, a anterior controlada CELG T continuou operando a usina por autorização, conforme Portaria nº 254, de 11 de junho de 2015, do Ministério de Minas e Energia – MME, até 04 de janeiro de 2016. A partir de 05 de janeiro de 2016 começou a vigorar o Contrato de Concessão nº 02/2016, com vencimento em 05 de janeiro de 2046, para prestação de serviço de geração de energia elétrica em regime de alocação de cotas de garantia física de energia e potência, nos

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES – CELGP**CNPJ nº 08.560.444/0001-93****Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Intermediárias – Individuais e Consolidadas
Findas em 31 de março de 2025****(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

termos do art. 8º da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013. A Resolução Autorizativa nº 10.554, de 14 de setembro de 2021, da ANEEL, transferiu para a CELGP a titularidade da UHE Rochedo.

(c) CGH Mambai: A CGH Mambai foi extinta em função do seu alagamento para construção da Pequena Central Hidrelétrica Mambai II (PCH Mambai II). Em função disso, é disponibilizado energia pelo período integral de concessão obtido pela exploração da PCH Mambai II e de suas eventuais prorrogações, no montante mensal de 203,792 MWh, como contraprestação ao bloco de energia que a CGH Mambai deixou de produzir mensalmente a partir de sua efetiva paralisação. A forma de pagamento se dá através da entrega do montante energético descrito neste tópico, na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

1.3. Contratos

Em atendimento ao item 6 da Interpretação Técnica ICPC 17, evidencia-se a seguir a apresentação das informações previstas no subitem “c”:

Contrato	Atividade	Direitos de Uso	Opção de Renovação	Classificação Contábil
PRT 352/2013	Geração	Prevista a exploração até o final da concessão	Exercido para a Usina de São Domingos. Em discussão administrativa e judicial.	Classificado como ativo de contrato, referente a parcela de investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão.
CC 002/2016	Geração	Prevista a exploração até o final da concessão	Previsto em contrato para a UHE Rochedo.	Classificado como ativo de contrato, referente a parcela de investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão.

1.4. Participações societárias em geradoras de energia elétrica

A CELGP detém participação acionária nas seguintes sociedades geradoras de energia elétrica:

Investida	Geração	Localidade	Estado	Contrato de Concessão	Data da Concessão	Vencimento	Capacidade Instalada (MW)	Garantia Física (MW)
	UHE						96,4	49,3
Corumbá III (a)	Corumbá III	Rio Corumbá	GO	CC 126/2001	07/11/2001	22/04/2040	96,4	49,3
	PCH						16,5	8,9
Fazenda Velha (b)	Fazenda Velha	Rio Ariranha	GO	PRT 265/2014	06/06/2014	11/10/2051	16,5	8,9
							112,9	58,2

(a) A controlada em conjunto Energética Corumbá III S.A. (“Corumbá III”) tem por objeto a implantação, operação, manutenção e exploração comercial da Usina Hidrelétrica Corumbá III, na qualidade de produtora independente de energia. A usina se encontra em operação comercial desde 24 de outubro de 2009, com capacidade instalada de 96,45 MW. A CELGP possui 37,5% de participação na Corumbá III.

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES – CELGP**CNPJ nº 08.560.444/0001-93****Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Intermediárias – Individuais e Consolidadas
Findas em 31 de março de 2025****(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

(b) A coligada Energética Fazenda Velha S.A. (“Fazenda Velha”) está situada no município de Jataí-GO, e entrou em operação comercial em 11 de maio de 2016, destinada à comercialização de energia gerada, na qualidade de produtora independente de energia, com potência instalada de 16,5 MW, e autorização de 35 anos. A CELGP possui 20% de participação na Fazenda Velha.

1.5.Participações societárias em transmissoras de energia elétrica

A CELGP detém participação acionária nas seguintes sociedades transmissoras de energia elétrica:

Investida	Transmissão (Rede Básica)	Estado	Contrato de Concessão	Data da Concessão	Vencimento	Capacidade Instalada (MVA)	Extensão (km)
Subestações						1.560	-
Pantanal (a)	SE Campo Grande II 230/138 kV - 2 x 150 MVA	MS	CC 018/2013	09/10/2013	09/10/2043	300	-
Vale do São Bartolomeu (b)	SE Brasília Leste 500/138 kV - (6+1) x 180 MVA	DF	CC 014/2013	09/10/2013	09/10/2043	1.260	-
Linhas de Transmissão						-	246,5
Vale do São Bartolomeu (b)	LT 500 kV Brasília Leste - Luziânia - C1 e C2	DF/GO	CC 014/2013	09/10/2013	09/10/2043	-	67,0
Vale do São Bartolomeu (b)	LT 230 kV Brasília Geral - Brasília Sul - C3 (Subterrânea)	DF	CC 014/2013	09/10/2013	09/10/2043	-	13,5
Vale do São Bartolomeu (b)	LT 345 kV Brasília Sul - Samambaia - C3	DF	CC 014/2013	09/10/2013	09/10/2043	-	14,0
Lago Azul (c)	LT 230 kV Itapaci - Barro Alto - C2	GO	CC 003/2014	14/05/2014	14/05/2044	-	69,0
Firminópolis (d)	LT 230 kV Trindade - Firminópolis - C1	GO	CC 008/2016	07/04/2016	07/04/2046	-	83,0

(a) A controlada em conjunto Pantanal Transmissão S.A. (“Pantanal”) é uma Sociedade de Propósito Específico – SPE, criada para construir e operar o empreendimento do Lote F do Leilão ANEEL nº 02/2013. A CELGP possui 49% de participação na Pantanal.

(b) A coligada Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia S.A. (“Vale do São Bartolomeu”) é uma SPE, criada para construir e operar os empreendimentos do Lote B do Leilão ANEEL nº 02/2013. A CELGP possuía 10% de participação na Vale do São Bartolomeu e que em 2025 foi vendida a Eletrobras, conforme nota explicativa nº 1.7.

(c) A controlada em conjunto Lago Azul Transmissão S.A. (“Lago Azul”) é uma SPE, criada para construir e operar o empreendimento citado acima, que entrou em operação comercial em 19 de setembro de 2016. A CELGP possui 100% de participação na Lago Azul, conforme nota explicativa nº 1.7.

(d) A controlada (subsidiária integral) Firminópolis Transmissão S.A. (“Firminópolis”) foi constituída para implantação e exploração do empreendimento referente ao Lote L do Leilão ANEEL nº 05/2015. Foi constituída em fevereiro de 2016, e entrou em operação comercial em 1º de março de 2019. A CELGP possui 100% de participação na Firminópolis.

1.6.Planalto Solar Park S.A.

A controlada em conjunto Planalto Solar Park S.A. (“Planalto”) foi constituída em abril de 2017 e criada com objetivo de construir e operar Usinas Fotovoltaicas (“UFV”). No entanto, a Planalto iniciou suas atividades somente em agosto de 2024, com o início da construção de sua primeira UFV, cuja conclusão finalizou em dezembro de 2024. As primeiras receitas devem ser geradas a partir de abril de 2025. A CELGP detém 49% de participação na Planalto.

1.7. Operação de compra e venda de participação societária

A CELGP assinou Contrato de compra e venda de ações e outras avenças com a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (“Eletrobras”), datado de 02 de outubro de 2024, para descruzamento das participações societárias nas transmissoras de energia Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia S.A., e, Lago Azul Transmissão S.A. A operação foi concretizada no dia 18 de fevereiro de 2025 da seguinte forma:

a) A Eletrobras adquiriu, da CELGP, 10% (dez por cento) da participação societária na Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia S.A. (VSB), por R\$ 37.221 mil, passando a Eletrobras a deter totalidade das ações da VSB, que controla subestações e 161,5 Km de linhas de transmissão entre Goiás e o Distrito Federal;

b) Por sua vez, a CELGP adquiriu, da Eletrobras, 49,9% (quarente e nove, virgula noventa por cento) de participação societária na Lago Azul Transmissão S.A., por R\$ 7.589 mil, passando a deter a totalidade das ações da transmissora que opera 69 Km de linha de transmissão em Goiás; e

c) A Eletrobras à título de torna, pagou a CELGP, em moeda corrente nacional, o montante de R\$ 29.631 mil.

Para a concretização da operação foram sanadas dentre outras condições precedentes as seguintes etapas:

a) Obtenção da aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (“CADE”), nos termos do art. 88 da Lei nº 12.529/2011; e

b) Obtenção da anuência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), nos termos da Resolução Normativa ANEEL nº 948/2021.

1.8. Continuidade operacional e o processo de desestatização da companhia

Como resultado da incorporação de acervo líquido contábil da CELG T, a CELGP tornou-se concessionária do serviço público de energia elétrica, passando a executar operacionalmente as atividades de “geração” e ampliando, portanto, os aspectos operacionais da sua atividade enquanto *holding*, inclusive a companhia passou a deter participações acionárias diretas nas investidas de “geração e transmissão” vertidas neste acervo.

Ressalte-se que a companhia nos períodos findos em 31 de março de 2025 e de 2024, apresentou consumo de fluxo de caixa líquido das atividades operacionais nos montantes de R\$ 848 mil e de R\$ 1.777 mil, respectivamente, além de apresentar prejuízos operacionais contábeis, nos valores de R\$ 6.101 mil e de R\$ 3.798 mil, respectivamente.

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES – CELGP**CNPJ nº 08.560.444/0001-93****Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Intermediárias – Individuais e Consolidadas
Findas em 31 de março de 2025****(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

A companhia preparou e apresentou as demonstrações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, em 31 de março de 2025, lastreadas no pressuposto da continuidade normal de seus negócios e atividades, não obstante a determinação do seu acionista controlador, materializada na 73ª Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas, de 06 de janeiro de 2025, o qual delineou o caminho a ser seguido pela administração a partir do exercício de 2025, no âmbito do seu processo de desestatização. Assim sendo, as demonstrações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, não incluem quaisquer ajustes à realização e classificação de ativos e passivos, ou mudanças nos critérios de avaliação, que poderiam ocorrer em caso de descontinuidade das operações da companhia.

1.9. Processo de desestatização da companhia

O processo de desestatização da CELGP foi iniciado a partir do Ofício nº 3357/2023/SGG e da Lei Estadual nº 22.286/2023, como segue:

a) Ofício nº 3357/2023/SGG, de 02 de junho de 2023, enviado e recebido na CELGP no dia 22 de junho de 2023, onde a Secretária-geral da Governadoria, na qualidade de representante do acionista controlador da CELGP, determina a contratação de empresa para a elaboração de estudos e posterior assessoria para a operação de alienação da companhia e suas participações em outros empreendimentos; e

b) A Lei Estadual nº 22.286, de 26 de setembro de 2023, publicada no suplemento do Diário Oficial do Estado de Goiás de 26 de setembro de 2023 – que autoriza o Poder Executivo do Estado de Goiás a promover medidas de desestatização da CELGP.

A partir dessas determinações foi efetuada a instrução processual objetivando a contratação de serviços especializados de estruturação para estudo e assessoria da operação de alienação da CELGP e das suas participações em outros empreendimentos, com a análise precedente da melhor opção da modelagem de alienação, haja vista o objetivo final de retorno do valor da alienação aos seus acionistas. Esses estudos envolveram a definição da melhor opção de venda e incluíram a análise da alienação da participação societária da CELGP nos seguintes empreendimentos:

Investida	Participação	CNPJ
Energética Corumbá III S.A.	37,5%	04.631.430/0001-62
Energética Fazenda Velha S.A.	20,0%	11.792.420/0001-74
Firminópolis Transmissão S.A.	100,0%	24.253.735/0001-95
Lago Azul Transmissão S.A. (a)	100,0%	19.698.987/0001-98
Pantanal Transmissão S.A.	49,0%	18.726.961/0001-43
Planalto Solar Park S.A.	49,0%	25.509.809/0001-08

(a) A CELGP que detinha a participação de 50,1% da Lago Azul Transmissão S.A. passou em 18 de fevereiro de 2025 a deter 100% do controle acionário daquela companhia, mudança essa decorrente da operação de descruzamento das ações detidas pela CELGP na Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia S.A., conforme descrito na letra “b” dessa nota e na nota explicativa nº 1.7.

(b) A partir de 18 de fevereiro de 2025, a CELGP passou a não deter participação acionária na Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia S.A., que passou a ser controlada pela Eletrobras, conforme nota explicativa nº 1.7.

O trabalho foi realizado e implementado pelo Consórcio Estruturador CRH Consultoria, e contemplou a fixação de preço mínimo da CELGP, fixação do preço mínimo de cada negócio, ou seja, de cada participação societária, fixação de preço mínimo para os contratos de concessão em separado detidos pela CELGP, avaliação e apresentação de cenários de alienação, observadas as características do setor elétrico brasileiro, normas legais específicas, legislação antitruste, regras e condições regulatórias aplicáveis.

Em consonância com a Lei nº 22.286/2023 e em atendimento às decisões proferidas na 73ª Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas, de 06 de janeiro de 2025, o acionista majoritário (Governo do Estado de Goiás), após apreciar os estudos elaborados pelo Consórcio Estruturador CRH Consultoria, votou por aprovar a modelagem “c”, variante (5), cenário (3) – que, em síntese, aborda a alienação da CELGP e das suas participações societárias em investidas, separadamente, determinando que após a alienação das participações societárias nas investidas, que a CELGP entre em *phase-out* (retirada de operação progressiva), seja por meio de sua alienação, liquidação ou incorporação.

Concomitantemente, na 73ª Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas, foi autorizado à diretoria da CELGP a elaborar o plano de negócios para o exercício de 2025, considerando as seguintes diretrizes:

- a) Alienação de todas as investidas, ou seja, das participações societárias da CELGP e do Estado de Goiás, seguindo cronograma aprovado pelo conselho de administração;
- b) Estruturação da *holding* (controladora) para que, imediatamente após a alienação das participações societárias nas investidas, também seja alienada, liquidada ou incorporada, finalizando suas operações;
- c) Apresentação, pela CELGP, quanto as alternativas para aproveitamento do seu quadro de pessoal;
- d) Apresentação das alternativas de soluções em relação ao patrimônio imobiliário da CELGP, além dos ativos da UFV Anápolis, UFV Cachoeira Dourada e UFV Goiânia; e
- e) Autorização a diretoria da CELGP a realizar apenas transações e operações que sejam condizentes com o objeto e objetivo deliberado no item (i), qual seja, alienar as participações societárias nas investidas e finalizar as atividades da *holding* (controladora), incluindo contratos, negociações e afins.

1.10. Nível de segurança da barragem da PCH Rochedo

O estudo sobre a estabilidade da UHE Rochedo (GP2665 – RE-INS-2665-001_rev06), de fevereiro de 2024, decorrente de Inspeção de Segurança Regular da Barragem (ISR), realizado pela firma independente Geoprojetos Engenharia Ltda, concluiu que de acordo com a Resolução Normativa ANEEL Nº 1.064, a PCH Rochedo está classificada como de classe “A”, ou seja, requerendo monitoramento adequado, e reparos das anomalias apontadas nas fichas de inspeção, e que a barragem da UHE Rochedo se encontra com o nível de segurança de “atenção”, quando as anomalias não comprometem a segurança da barragem no curto prazo, mas exigem monitoramento, controle ou reparo no decurso do tempo.

A CELGP contratou empresa especializada e deu início as ações de reparo e recuperação indicadas e definidas a luz do relatório do estudo de estabilidade das barragens de terra e concreto – apresentação das alternativas de recuperação (GP2665 – RE-CON-2665-002-R04), de fevereiro de 2024, da Geoprojetos Engenharia Ltda.

2. Base de elaboração e apresentação das Demonstrações Financeiras Intermediárias – individuais e consolidadas

Estas demonstrações financeiras intermediárias condensadas da companhia foram preparadas e apresentadas de acordo com a IAS 34 – *Interim Financial Reporting* emitida pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”) e o CPC 21 (R1) – demonstração intermediária (práticas contábeis adotadas no Brasil) e devem ser lidas em conjunto com as últimas demonstrações financeiras anuais da companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 divulgadas. As demonstrações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, estão apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM, aplicáveis à elaboração de informações trimestrais.

A companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

As demonstrações financeiras Intermediárias, individuais e consolidadas, foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico é baseado no valor das contraprestações pagas em troca de ativos.

A preparação de demonstrações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da administração da companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas nas últimas demonstrações financeiras anuais da companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 divulgadas.

Estas demonstrações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, foram aprovadas e autorizadas pela administração da companhia em reunião realizada em 13 de maio de 2025. A administração declara, ainda, que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras Intermediárias condensadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão.

2.1. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras intermediárias condensadas, individuais e consolidadas, estão apresentadas em reais, que é a moeda do principal ambiente econômico no qual a companhia atua (“moeda funcional”).

Todos os valores divulgados nas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, e notas explicativas foram arredondados com a aproximação de milhares de reais, salvo indicação contrária.

2.2. Informações contábeis consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas dizem respeito as informações da CELGP (controladora) e de suas subsidiárias integrais Firminópolis Transmissão S.A. (controlada) e Lago Azul Transmissão S.A. (controlada), como exposto nas notas explicativas a seguir.

2.3. Demonstração do valor adicionado

A apresentação da demonstração do valor adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração, e como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

2.4. Demonstração dos fluxos de caixa (DFC) pelo método indireto

A administração da companhia decidiu a partir do 1º trimestre de 2025 utilizar para fins de reporte a apresentação da DFC pelo método indireto. A mudança da DFC do método direto para DFC pelo método indireto se justifica, principalmente pela conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de contabilidade (IFRS), facilidade de análise para os diferentes *stakeholders*, ser amplamente utilizada no Brasil e por conciliar o resultado contábil com o fluxo de caixa operacional da companhia.

Ou seja, em síntese, a administração da companhia justifica a referida mudança com base:

a) Conformidade com as IFRS: a maioria das companhias que adotam as IFRS optam pelo método indireto, o que facilita a comparação com outras empresas globalmente;

b) **Maior facilidade de análise:** a DFC indireta permite uma análise mais aprofundada do fluxo de caixa, destacando as fontes e aplicações de recursos, o que é importante para tomadas de decisão e avaliação do desempenho financeiro;

c) **Transparência e comparabilidade:** ao utilizar o método indireto, a empresa demonstra como o lucro líquido se transforma em caixa líquido, tornando a análise mais transparente e comparável com outras empresas;

d) **Maior facilidade na análise para investidores e analistas:** a DFC indireta é mais fácil de ser interpretada por investidores e analistas, pois permite uma análise mais detalhada das atividades operacionais, de investimento e de financiamento da companhia; e

e) **Redução da dependência do caixa:** a DFC indireta permite uma visão mais abrangente do desempenho financeiro da companhia, não se limitando apenas ao caixa, mas considerando também outros fatores que afetam o fluxo de caixa, como a variação de créditos e débitos, ou seja, de ativos e passivos.

3. Principais Políticas Contábeis

As demonstrações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, têm como objetivo prover atualização com base nas últimas demonstrações financeiras anuais completas. Portanto, elas focam em novas atividades, eventos e circunstâncias e não duplicam informações previamente divulgadas, exceto quando a administração julga relevante a manutenção de uma determinada informação.

As demonstrações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, aqui apresentadas foram preparadas com base nas políticas contábeis e métodos de cálculo de estimativas adotados na elaboração das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, conforme disposto na nota explicativa nº 2.

3.1. Normas e práticas contábeis e estimativas críticas

A companhia avaliará as novas ou alterações de normas e interpretações dos pronunciamentos contábeis aplicados a partir de 1º de janeiro de 2025 e aplicará as orientações, caso haja impacto nas demonstrações financeiras intermediárias, em consonância com o disposto nas demonstrações financeiras anuais findas em 31 de dezembro de 2024.

3.2. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações contábeis intermediárias condensadas, individuais e consolidadas, da companhia requer que a administração faça julgamentos, use estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, incluindo passivos contingentes, e estão divulgadas nas últimas demonstrações financeiras anuais da companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 divulgadas. A incerteza relativa a esses julgamentos, premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram ajuste significativo ao valor contábil de certos ativos e passivos em exercícios futuros. Tais julgamentos, estimativas e premissas são revisados a cada período de reporte

Não houve mudança de qualquer natureza em relação a tais métodos de cálculo de estimativas, em relação ao exercício anterior e, dessa forma, conforme permitido pelo CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, a administração optou por não divulgar novamente em detalhes os julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas adotadas pela companhia. Assim, faz-se necessário a leitura destas demonstrações contábeis intermediárias condensadas, individuais e consolidadas, em conjunto com as demonstrações financeiras anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

3.3. Reapresentação de saldos comparativos da DFC indireta do período anterior

Em linha com o Pronunciamento Técnico CPC 23 e o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, e com o objetivo de melhor retratar e divulgar as informações das atividades operacionais na demonstrações dos fluxos de caixa (DFC), inclusive para fins de comparabilidade das DFC intermediárias, pelo método indireto, e por entender que a modificação proporciona informação mais relevante para os usuários das demonstrações financeiras intermediárias, foram realizadas reclassificações de valores entre contas das atividades operacionais das DFC indireta, individual e consolidada, findas em 31 de março de 2024.

De forma espontânea as demonstrações dos fluxos de caixa indireta findas em 31 de março de 2024, dessa companhia, estão sendo reapresentadas, em consonância com o previsto no CPC 23.

A companhia pretende continuar adotando a estrutura revista, de modo a atender a comparabilidade das informações contábeis.

A diretoria executiva, da companhia, declara que revisou, discutiu e aprovou as demonstrações financeiras intermediárias findas em 31 de março de 2024 e sua reapresentação, em 13 de maio de 2025.

Tais mudanças foram aplicadas de maneira retrospectiva nas demonstrações dos fluxos de caixa, no período findo 31 de março de 2024, apresentados para fins de comparação com o período atual, como se já tivessem com a classificação atual naquela data. A seguir se evidenciam as reclassificações que estão sendo reapresentadas, em linha com o CPC 23:

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES – CELGP**CNPJ nº 08.560.444/0001-93****Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Intermediárias – Individuais e Consolidadas**
Findas em 31 de março de 2025**(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)****Demonstração dos Fluxos de Caixa**

	Controladora			Consolidado		
	31/03/2024	Reclassificações	31/03/2024 Reapresentado	31/03/2024	Reclassificações	31/03/2024 Reapresentado
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais	(1.777)	-	(1.777)	(219)	-	(219)
Lucro Líquido do Período	10.938	-	10.938	10.938	-	10.938
(Receitas) e Despesas	(12.068)	950	(11.118)	(10.557)	1.020	(9.537)
Energia Elétrica de Curto Prazo - Não Faturado	-	13	13	-	13	13
Receita de Construção	(1.054)	-	(1.054)	(1.054)	-	(1.054)
Receita de Remuneração do Ativo de Contrato	(3.030)	-	(3.030)	(5.650)	-	(5.650)
Amortização do Ativo de Contrato	1.591	-	1.591	3.718	-	3.718
PIS e COFINS Diferidos	-	231	231	-	248	248
Custo de Construção	944	-	944	944	-	944
Depreciação de Arrendamento	156	-	156	156	-	156
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	-	-	12	12
Depreciação	33	-	33	33	-	33
Amortização	78	-	78	78	-	78
Outros Movimentos Operacionais	(1)	-	(1)	(1)	-	(1)
Ganhos de Capital na Alienação de Imóveis	(1.111)	-	(1.111)	(1.111)	-	(1.111)
Ajuste ao Valor Justo de Imóveis	(35)	-	(35)	(35)	-	(35)
Resultado de Equivalência Patrimonial	(8.687)	-	(8.687)	(6.923)	-	(6.923)
Rendimentos de Investimentos Temporários	-	-	-	(37)	-	(37)
Juros sobre Empréstimos Ativos	(981)	-	(981)	(981)	-	(981)
Juros sobre Empréstimos Passivos	-	-	-	277	-	277
Juros sobre Passivo de Arrendamento	20	-	20	20	-	20
Amortização de Ágio da Corumbá III	9	-	9	9	-	9
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-	706	706	-	747	747
Redução (Aumento) de Ativos Operacionais	(1.526)	(15)	(1.541)	(1.522)	(28)	(1.550)
Contas a Receber	10	(15)	(5)	(18)	(28)	(46)
Serviços em Curso	-	-	-	(10)	10	-
Tributos Compensáveis	(1.235)	-	(1.235)	(1.235)	-	(1.235)
Estoques	(33)	-	(33)	(33)	-	(33)
Despesas Pagas Antecipadamente	(283)	-	(283)	(241)	-	(241)
Outros Ativos	15	-	15	15	(10)	5
Aumento (Redução) de Passivos Operacionais	879	22	901	922	85	1.007
Fornecedores	114	-	114	96	-	96
Obrigações Sociais e Trabalhistas	(149)	-	(149)	(113)	-	(113)
Tributos a Pagar	(81)	959	878	(125)	1.080	955
Encargos Setoriais	19	-	19	30	(11)	19
Outros Passivos	39	-	39	39	11	50
Tributos Diferidos	937	(937)	-	995	(995)	-
Juros Recebidos	-	2	2	-	3	3
Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social	-	(959)	(959)	-	(1.080)	(1.080)
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos	1.985	-	1.985	1.985	-	1.985
Empréstimos e Mútuos Recebidos	3.543	-	3.543	3.543	-	3.543
Juros Recebidos de Empréstimos e Mútuos	992	-	992	992	-	992
Alienação de Imóveis	1.382	-	1.382	1.382	-	1.382
Aquisição de Imobilizado e Ativo de Contrato	(3.956)	-	(3.956)	(3.956)	-	(3.956)
Outros Recebimentos e/ou Pagamentos	24	-	24	24	-	24
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamentos	(110)	-	(110)	(1.009)	-	(1.009)
Empréstimos e Financiamentos Pagos	(97)	-	(97)	(706)	-	(706)
Juros Pagos de Empréstimos e Financiamentos	(13)	-	(13)	(303)	-	(303)
Aumento no Caixa e Equivalentes de Caixa	98	-	98	757	-	757
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	194.317	-	194.317	196.295	-	196.295
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	194.415	-	194.415	197.052	-	197.052
Aumento no Caixa e Equivalentes de Caixa	98	-	98	757	-	757

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES – CELGP

CNPJ nº 08.560.444/0001-93

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Intermediárias – Individuais e Consolidadas
Findas em 31 de março de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

O saldo de caixa e equivalentes de caixa é composto por caixa, depósitos bancários e aplicações de curto prazo com vencimento original de até três meses, líquido dos saldos bancários a descoberto.

O valor contábil desses ativos não difere do seu valor justo. As aplicações financeiras de liquidez imediata são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

As aplicações financeiras em 31 de março de 2025 são compostas por fundo de investimento e certificados de depósito bancário (CDB), possuindo remuneração mensal de até 102% do CDI.

A composição dos saldos em caixa e equivalentes de caixa é formada pelos seguintes valores:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
Caixa	80	67	80	67
Contas Bancárias à Vista	80	67	80	67
Equivalentes de Caixa	235.522	203.744	244.398	207.768
Principal	205.418	179.670	214.194	183.676
Rendimento Acumulado	35.626	29.248	35.755	29.275
(-) Provisão de IRRF	(5.521)	(5.043)	(5.550)	(5.048)
(-) Provisão de IOF	(1)	(131)	(1)	(135)
	235.602	203.811	244.478	207.835

5. Contas a Receber

A composição dos saldos em contas a receber é formada pelos seguintes valores:

Descrição	Controladora		31/03/2025	31/12/2024
	Corrente a Vencer	Corrente Vencida		
	Até 60 dias	Até 90 dias		
Suprimento de Energia - Não Faturado	1.093	-	1.093	1.048
Energia Elétrica de Curto Prazo - Faturado	-	158	158	226
Energia Elétrica de Curto Prazo - Não Faturado	360	-	360	124
	1.453	158	1.611	1.398

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES – CELGP

CNPJ nº 08.560.444/0001-93

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Intermediárias – Individuais e Consolidadas
Findas em 31 de março de 2025**(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Consolidado								
Descrição	Corrente a Vencer	Corrente Vencida				PCLD	31/03/2025	31/12/2024
	Até 60 Dias	Até 90 Dias	De 91 a 180 Dias	De 181 a 360 Dias	Mais de 360 Dias			
Suprimento de Energia - Não Faturado	1.093	-	-	-	-	-	1.093	1.048
Encargos de Uso da Rede Elétrica - Faturado	68	134	86	103	251	(277)	365	289
Encargos de Uso da Rede Elétrica - Não Faturado	1.493	-	-	-	-	(9)	1.484	914
Energia Elétrica de Curto Prazo - Faturado	-	158	-	-	-	-	158	226
Energia Elétrica de Curto Prazo - Não Faturado	360	-	-	-	-	-	360	124
	3.014	292	86	103	251	(286)	3.460	2.601

A provisão para créditos de liquidação duvidosa descrita no quadro anterior foi constituída considerando os critérios expostos na nota explicativa nº 3.3 das demonstrações financeiras anuais de 31 de dezembro de 2024, e as contas a receber de clientes foram agrupadas com base nas características compartilhadas de risco de crédito e nos dias de atraso. A movimentação da provisão para perdas é demonstrada a seguir:

Descrição	Consolidado			
	31/12/2024	Provisões	Reversões	31/03/2025
Encargos de Uso da Rede Elétrica	225	62	(1)	286

6. Tributos Compensáveis

A composição dos tributos compensáveis é formada pelos seguintes valores:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
Tributos Federais				
Imposto de Renda (a)	1.692	1.555	1.890	1.555
Contribuição Social (a)	195	158	200	158
Imposto de Renda Retido na Fonte (b)	5.521	5.043	5.594	5.047
PIS	-	-	3	-
COFINS	-	-	14	-
Outros	-	-	12	-
	7.408	6.756	7.713	6.760

(a) Saldo negativo de imposto de renda apurado no exercício de 2024, e com compensação prevista para o exercício de 2025.

(b) Imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras.

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES – CELGP

CNPJ nº 08.560.444/0001-93

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Intermediárias – Individuais e Consolidadas
Findas em 31 de março de 2025**(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)****7. Empréstimos**

O saldo em empréstimos é composto por contrato particular de mútuo financeiro efetuado entre a CELGP e a Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A. (anterior controlada CELG D), no exercício social de 2014, com carência de 3 anos e remunerado à taxa de 6,8% a.a.

Descrição	Controladora				Consolidado			
	Circulante		Não Circulante		Circulante		Não Circulante	
	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
Equatorial Goiás (Mútuo)	15.901	15.655	27.200	31.241	15.901	15.655	27.200	31.241

A movimentação dos empréstimos é demonstrada a seguir:

Controladora e Consolidado					
Descrição	31/12/2024	Juros Incorridos	Amortização Recebida	Juros Recebidos	31/03/2025
Equatorial Goiás (Mútuo)	46.896	740	(3.784)	(751)	43.101

Controladora e Consolidado					
Descrição	31/12/2023	Juros Incorridos	Amortização Recebida	Juros Recebidos	31/03/2024
Equatorial Goiás (Mútuo)	61.468	981	(3.542)	(992)	57.915

A previsão de amortização dos empréstimos é apresentada a seguir:

Controladora e Consolidado						
Descrição	Vencimento	2025	2026		2027	Total
		CP	CP	LP	LP	
Equatorial Goiás (Mútuo)	15/10/2027	11.860	4.041	12.532	14.668	43.101

8. Ativo de Contrato

Os contratos de concessão de geração de energia da CELGP são apresentados com base nos critérios previstos na Interpretação Técnica ICPC 01 (R1).

O ativo de contrato inclui os valores a receber referentes aos serviços de implementação da infraestrutura e da receita de remuneração dos ativos de concessão, sendo mensurados pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros, com base na taxa implícita do projeto vigente quando da formalização do contrato de concessão, em linha com o CPC 47.

O modelo de ativo financeiro estabelece que a receita do contrato de concessão seja reconhecida de acordo com os critérios do CPC 47. Nesse sentido, as geradoras/transmissoras reconhecem a receita de construção da infraestrutura da concessão com margem proporcional ao avanço da obra pelo método do custo, considerando cumprimento da performance requerida pelo contrato de concessão.

O ativo tem a natureza de ativo de contrato até a emissão mensal da permissão de faturamento da RAG/RAP, quando o montante correspondente é reclassificado para as contas a receber (ativo financeiro). Isto porque as geradoras/transmissoras ainda detêm obrigações contratuais de desempenho a cumprir durante a concessão. Além da amortização da receita de construção da infraestrutura da concessão, a RAP contém a função de remunerar o serviço de O&M, e, amortizar parcela da receita de juros. A formação do ativo de contrato das geradoras/transmissoras é uma estimativa contábil.

Apenas após a satisfação da obrigação de performance de operar e manter a infraestrutura, o ativo de contrato passa a ser classificado como contas a receber (ativo financeiro), considerando que o recebimento da contraprestação somente depende da passagem do tempo.

A taxa de desconto relativa ao componente financeiro do ativo de contrato de concessão representa a melhor estimativa da companhia para a remuneração financeira dos investimentos na infraestrutura de geração/transmissão, que representa o percentual aproximado do que seria o preço à vista a ser cobrado pela infraestrutura construída ou melhorada pela concessionária em uma operação de venda. A taxa implícita para precificar o componente financeiro do ativo de contrato de concessão é estabelecida no início dos investimentos e considera o risco de crédito das contrapartes.

No advento do termo final do contrato de concessão, todos os bens e instalações vinculados passarão a integrar o patrimônio da União.

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES – CELGP

CNPJ nº 08.560.444/0001-93

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Intermediárias – Individuais e Consolidadas
Findas em 31 de março de 2025**(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

O saldo e a movimentação do ativo de contrato é a seguinte em 31 de março de 2025:

	Controladora			Consolidado				
	UHE São Domingos	UHE Rochedo	Total	UHE São Domingos	UHE Rochedo	Firminópolis	Lago Azul	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2024	37.653	26.930	64.583	37.653	26.930	90.865	-	155.448
Receita de Construção	350	252	602	350	252	-	-	602
Receita Financeira	1.512	1.218	2.730	1.512	1.218	2.669	1.266	6.665
Amortização	(797)	(759)	(1.556)	(797)	(759)	(2.212)	(1.127)	(4.895)
Outros Movimentos	-	-	-	-	-	-	51.525	51.525
Saldos em 31 de Março de 2025	38.718	27.641	66.359	38.718	27.641	91.322	51.664	209.345
Circulante			6.411					20.145
Não Circulante			59.948					189.200
Receita Anual de Geração (RAG)	1.654	1.521	3.175	1.654	1.521	-	-	3.175
Receita Anual Permitida (RAP)	-	-	-	-	-	2.752	1.462	4.214
Receita de Operação e Manutenção	857	762	1.619	857	762	540	335	2.494

O saldo e a movimentação do ativo de contrato em 31 de dezembro de 2024, foi a seguinte:

	Controladora			Consolidado			
	UHE São Domingos	UHE Rochedo	Total	UHE São Domingos	UHE Rochedo	Firminópolis	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2023	40.655	28.971	69.626	40.655	28.971	89.204	158.830
Receita de Construção	866	3.290	4.156	866	3.290	-	4.156
Receita Financeira	5.148	4.422	9.570	5.148	4.422	10.556	20.126
Amortização	(3.253)	(3.038)	(6.291)	(3.253)	(3.038)	(8.676)	(14.967)
Ganhos (Perdas) em RTA/RTP (a)	(5.627)	(6.700)	(12.327)	(5.627)	(6.700)	(219)	(12.546)
Outros Movimentos	(136)	(15)	(151)	(136)	(15)	-	(151)
Saldos em 31 de Dezembro de 2024	37.653	26.930	64.583	37.653	26.930	90.865	155.448
Circulante			6.284				15.297
Não Circulante			58.299				140.151
Receita Anual de Geração (RAG)	6.809	6.095	12.904	6.809	6.095	-	12.904
Receita Anual Permitida (RAP)	-	-	-	-	-	10.865	10.865
Receita de Operação e Manutenção	3.556	3.057	6.613	3.556	3.057	2.189	8.802

(a) Quando são homologados os novos valores de receita, anualmente, a companhia aplica sobre as parcelas remanescentes a diferença entre a inflação inicial e a nova projeção, para o qual foi aprovado para o ciclo. Os montantes são reconhecidos e remensurados através de fluxos financeiros de longo prazo, projetados com base em estimativas e trazidos a valor presente.

8.1. Atividade de geração e transmissão

Quando a fase de construção da infraestrutura de geração e transmissão é concluída, os ativos correspondentes permanecem classificados como ativo de contrato, considerando a sua vinculação às obrigações de desempenho durante o período da concessão, representadas pela disponibilidade e construção, operação e manutenção das linhas de transmissão, não existindo, assim, o direito incondicional de receber a contraprestação pelos serviços de construção a menos que a companhia opere e mantenha a infraestrutura.

Os custos relacionados à construção da infraestrutura são registrados no resultado quando incorridos. As receitas de construção e melhoria são reconhecidas de acordo com o estágio de conclusão da obra, com base nos custos efetivamente incorridos, acrescidos da margem de construção. A margem alocada à obrigação de performance de construção da infraestrutura é definida com base nas melhores estimativas e expectativas da administração sobre a rentabilidade dos projetos implementados pela companhia.

Nas alterações da tarifa por ocasião de Revisão Tarifária Periódica (RTP) e/ou Reajuste Tarifário Anual (RTA), o ativo de contrato é remensurado, trazendo a valor presente as RAP/RAG futuras pela taxa implícita identificada originalmente, confrontando-se o resultado encontrado com o saldo contabilizado, para reconhecimento do ganho ou perda no resultado.

Dos valores faturados de receita de concessão de geração e transmissão, representada pela RAG/RAP, a parcela referente ao valor justo da operação e manutenção dos ativos é registrada em contrapartida ao resultado do período e a parcela referente à receita de construção, registrada originalmente quando da formação dos ativos, é baixada do ativo de contrato. As adições por expansão e reforço geram fluxo de caixa adicional e, portanto, são incorporadas ao saldo do ativo de contrato.

Informações adicionais sobre as práticas contábeis referentes aos ativos vinculados à atividade de geração e transmissão estão descritas nas notas explicativas nº 3.11 e 3.26 das demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2024.

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES – CELGP

CNPJ nº 08.560.444/0001-93

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Intermediárias – Individuais e Consolidadas
Findas em 31 de março de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Outros Ativos

A composição dos saldos em outros ativos é formada pelos seguintes valores:

Descrição	Controladora				Consolidado			
	Circulante		Não Circulante		Circulante		Não Circulante	
	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
Créditos a Receber	11.135	11.408	103.127	102.390	8.839	10.659	104.575	102.573
Empregados	3	36	-	-	3	39	-	-
Fornecedores	55	2	-	-	136	79	-	-
Serviços Prestados a Terceiros	34	-	-	-	34	-	-	-
Alienação de Bens e Direitos (a)	464	515	-	-	464	515	-	-
Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio a Receber (b)	8.027	8.216	-	-	5.621	7.387	-	-
Energética Corumbá III S.A.	4.596	4.596	-	-	4.596	4.596	-	-
Pantanal Transmissão S.A.	1.025	1.025	-	-	1.025	1.025	-	-
Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia S.A.	-	976	-	-	-	976	-	-
Lago Azul Transmissão S.A.	1.577	790	-	-	-	790	-	-
Firminópolis Transmissão S.A.	829	829	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	29	-	-	-
Outros Investimentos (c)	2.552	2.639	103.127	102.390	2.552	2.639	104.575	102.573
Desativações e Alienações	545	545	-	-	545	545	-	-
Desativações em Curso (d)	545	545	-	-	545	545	-	-
	11.680	11.953	103.127	102.390	9.384	11.204	104.575	102.573

(a) Valores a receber da alienação de propriedades para investimento.

(b) Saldo de dividendos a receber das investidas.

(c) Valores a receber relacionados a Ordens de Dispendio Reembolsável (ODR). O saldo no ativo não circulante se refere à ODR de UFV e ao valor a receber decorrente dos direitos creditórios da venda do imóvel “Clube da 90” (antigo Clube da CELG) junto à Associação Salgado de Oliveira (ASOEC), em discussão judicial conforme nota explicativa nº 9.1.

(d) Processos em curso de Ordens de Desativação (ODD) de equipamentos e/ou outros bens, por obsolescência, operacionalidade, modernização e outros.

9.1.Direitos creditórios do imóvel denominado “Clube da 90 – antigo clube da CELG”

A CELGP tem consignado os direitos creditórios sobre o imóvel denominado “Clube da 90 – Antigo Clube da CELG”. Esse imóvel está localizado à Rua 90, Quadra F-44, Setor Sul, Goiânia-GO, antigo Clube Recreativo dos Empregados da CELG, e se encontra em discussão judicial relacionada ao contrato de compra e venda anteriormente firmado, na qual a outra parte inadimpliu-se de suas obrigações.

O possível desfecho desse processo judicial poderá ocorrer no exercício de 2025, e a companhia entende, com base na opinião dos seus assessores legais, existir a possibilidade provável de que seja rescindindo o contrato, com restituição do imóvel à CELGP, mediante devolução dos valores pagos pela ASOEC, devidamente corrigidos, ao passo que a ASOEC (Associação Salgado de Oliveira) deve pagar indenização à CELGP pela utilização do imóvel entre o período de 2004 a 2024.

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES – CELGP

CNPJ nº 08.560.444/0001-93

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Intermediárias – Individuais e Consolidadas
Findas em 31 de março de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Investimentos

A composição e movimentação dos investimentos é a seguinte:

Controladora									
Descrição	31/12/2024	Equivalência Patrimonial	Aporte de Capital e AFAC	Amortização de Ágio	Dividendos (MEP)	Aquisição de Investida	Ajuste ao Valor Justo	Alienação	31/03/2025
Participações Societárias Permanentes	299.185	9.276	313	(9)	(11)	26.702	-	(53.503)	281.953
Corumbá III	80.410	5.049	-	-	-	-	-	-	85.459
Fazenda Velha	7.366	215	-	-	(200)	-	-	-	7.381
Pantanal	49.613	1.975	-	-	-	-	-	-	51.588
Vale do São Bartolomeu	52.142	385	-	-	976	-	-	(53.503)	-
Lago Azul	25.887	667	-	-	(787)	26.702	-	-	52.469
Firminópolis	76.629	1.051	-	-	-	-	-	-	77.680
Planalto	6.634	(66)	313	-	-	-	-	-	6.881
Corumbá III (Ágio)	504	-	-	(9)	-	-	-	-	495
Propriedade para Investimento (a)	74.130	-	-	-	-	-	(158)	(2)	73.970
	373.315	9.276	313	(9)	(11)	26.702	(158)	(53.505)	355.923

Consolidado									
Descrição	31/12/2024	Equivalência Patrimonial	Aporte de Capital e AFAC	Amortização de Ágio	Dividendos (MEP)	Aquisição de Controlada	Ajuste ao Valor Justo	Alienação	31/03/2025
Participações Societárias Permanentes	222.556	7.427	313	(9)	(11)	(24.969)	-	(53.503)	151.804
Corumbá III	80.410	5.049	-	-	-	-	-	-	85.459
Fazenda Velha	7.366	215	-	-	(200)	-	-	-	7.381
Pantanal	49.613	1.975	-	-	-	-	-	-	51.588
Vale do São Bartolomeu	52.142	385	-	-	976	-	-	(53.503)	-
Lago Azul	25.887	(131)	-	-	(787)	(24.969)	-	-	-
Planalto	6.634	(66)	313	-	-	-	-	-	6.881
Corumbá III (Ágio)	504	-	-	(9)	-	-	-	-	495
Propriedade para Investimento (a)	74.130	-	-	-	-	-	(158)	(2)	73.970
	296.686	7.427	313	(9)	(11)	(24.969)	(158)	(53.505)	225.774

(a) Se referem a imóveis inservíveis à concessão, mensurados ao valor justo através de laudos de avaliação de empresa independente.

O cálculo da equivalência patrimonial no período está demonstrado a seguir:

Controladora						
Investida	Participação no Capital Social (%)	Patrimônio Líquido Ajustado	Resultado do Período	Valor do Investimento	Equivalência Patrimonial	
					31/03/2025	31/03/2024
Corumbá III	37,5%	227.888	13.463	85.459	5.049	4.710
Fazenda Velha	20,0%	36.906	1.078	7.381	215	127
Pantanal	49,0%	105.281	4.030	51.588	1.975	853
Vale do São Bartolomeu	10,0%	-	3.851	-	385	971
Lago Azul	100,0%	52.469	798	52.469	667	262
Firminópolis	100,0%	77.680	1.051	77.680	1.051	1.764
Planalto	49,0%	14.043	(135)	6.881	(66)	-
			24.136	281.458	9.276	8.687

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES – CELGP

CNPJ nº 08.560.444/0001-93

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Intermediárias – Individuais e Consolidadas
Findas em 31 de março de 2025**(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Consolidado						
Investida	Participação no Capital Social (%)	Patrimônio Líquido Ajustado	Resultado do Período	Valor do Investimento	Equivalência Patrimonial	
					31/03/2025	31/03/2024
Corumbá III	37,5%	227.888	13.463	85.459	5.049	4.710
Fazenda Velha	20,0%	36.906	1.078	7.381	215	127
Pantanal	49,0%	105.281	4.030	51.588	1.975	853
Vale do São Bartolomeu	10,0%	-	3.851	-	385	971
Lago Azul	100,0%	52.469	798	-	(131)	262
Planalto	49,0%	14.043	(135)	6.881	(66)	-
			23.085	151.309	7.427	6.923

10.1.Plano de alienação das propriedades para investimento - imóveis

O plano de alienação dos bens imóveis não vinculados à concessão e permissão do serviço público de energia elétrica, classificados como propriedades para investimento, possui as seguintes premissas:

- a) Há intenção de venda, e, em regra, a modalidade de venda acontecerá via leilão público;
- b) Os prazos dependem de cada imóvel em função dos atos da cisão para transferências do domínio para a CELGP, envolvendo cartórios de registro de imóveis, e processos de isenção de ITBI nas prefeituras municipais; e
- c) Os valores de venda são definidos conforme laudo de avaliação. Geralmente, o preço do leilão é o valor médio (valor de mercado), podendo em alguns casos iniciar com o preço mínimo, caso não seja arrematado nos leilões.

O plano de alienação das propriedades para investimento – imóveis está previsto no processo de desestatização e alinação da CELGP exposto na nota explicativa nº 1.9.

10.2.Plano de desestatização da CELGP e alienação das participações societárias em investidas

Em linha com o processo de desestatização da CELGP, iniciado a partir do Ofício nº 3357/2023/SGG e da Lei Estadual nº 22.286/2023, conforme exposto na nota explicativa nº 1.9, foi efetuada realizada a contratação de serviços especializados de estruturação para estudo e assessoria da operação de alienação da CELGP, inclusive a alienação de todas as participações em investidas, ou seja, das participações societárias da CELGP e do Estado de Goiás em outros empreendimentos, seguindo cronograma aprovado pelo conselho de administração.

11. Imobilizado

Os bens do imobilizado são registrados ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação e deduzidos da depreciação acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

A depreciação é calculada sobre os bens do imobilizado em serviço, cujas taxas de depreciação, por macroatividade, estão discriminadas na Resolução Normativa ANEEL nº 674, de 11 de agosto de 2015. O valor recuperável desses ativos, estimado com base no valor em uso calculado pelos fluxos de caixas futuros, superou o seu valor contábil, portanto não houve perdas por desvalorização.

A composição dos saldos do imobilizado é formada pelos seguintes valores:

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES – CELGP
CNPJ nº 08.560.444/0001-93
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Intermediárias – Individuais e Consolidadas
Findas em 31 de março de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Controladora								
Descrição	Valor Original Contábil (VOC)			Depreciação Acumulada			Valor Líquido em	Valor Líquido em
	31/12/2024	Adições	31/03/2025	31/12/2024	Depreciação do Período	31/03/2025	31/03/2025	31/12/2024
Administração	2.300	-	2.300	(1.650)	(6)	(1.656)	644	650
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	15	-	15	(1)	-	(1)	14	14
Máquinas e Equipamentos	2.268	-	2.268	(1.639)	(5)	(1.644)	624	629
Móveis e Utensílios	17	-	17	(10)	(1)	(11)	6	7
Ativo Imobilizado em Serviço	2.300	-	2.300	(1.650)	(6)	(1.656)	644	650
Geração	4.538	-	4.538	-	-	-	4.538	4.538
A Ratear	4	-	4	-	-	-	4	4
Desenvolvimento de Projetos	4.534	-	4.534	-	-	-	4.534	4.534
Administração	-	3	3	-	-	-	3	-
Máquinas e Equipamentos	-	3	3	-	-	-	3	-
Ativo Imobilizado em Curso	4.538	3	4.541	-	-	-	4.541	4.538
Imobilizado - Ativos sob Direito de Uso	2.491	-	2.491	(1.748)	(156)	(1.904)	587	743
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	2.491	-	2.491	(1.748)	(156)	(1.904)	587	743
	9.329	3	9.332	(3.398)	(162)	(3.560)	5.772	5.931

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES – CELGP

CNPJ nº 08.560.444/0001-93

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Intermediárias – Individuais e Consolidadas

Findas em 31 de março de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Consolidado									
Descrição	Valor Original Contábil (VOC)			Depreciação Acumulada				Valor Líquido em	Valor Líquido em
	31/12/2024	Adições	31/03/2025	31/12/2024	Adições	Depreciação do Período	31/03/2025	31/03/2025	31/12/2024
Administração	2.300	19	2.319	(1.650)	(13)		(1.670)	649	650
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	15	-	15	(1)	-	-	(1)	14	14
Máquinas e Equipamentos	2.268	19	2.287	(1.639)	(13)	(6)	(1.658)	629	629
Móveis e Utensílios	17	-	17	(10)	-	(1)	(11)	6	7
Ativo Imobilizado em Serviço	2.300	19	2.319	(1.650)	(13)	-	(1.670)	649	650
Geração	4.538	-	4.538	-	-	-	-	4.538	4.538
A Ratear	4	-	4	-	-	-	-	4	4
Desenvolvimento de Projetos	4.534	-	4.534	-	-	-	-	4.534	4.534
Administração	-	3	3	-	-	-	-	3	-
Máquinas e Equipamentos	-	3	3	-	-	-	-	3	-
Ativo Imobilizado em Curso	4.538	3	4.541	-	-	-	-	4.541	4.538
Imobilizado - Ativos sob Direito de Uso	2.491	-	2.491	(1.748)	-	(156)	(1.904)	587	743
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	2.491	-	2.491	(1.748)	-	(156)	(1.904)	587	743
	9.329	22	9.351	(3.398)	(13)	(156)	(3.574)	5.777	5.931

11.1.Bens vinculados à concessão e permissão

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração e transmissão de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do órgão regulador. A Resolução Normativa ANEEL nº 948/2021, anexo IV, módulo IV, estabelece os procedimentos para a desvinculação, por iniciativa de agente setorial, de bens vinculados à prestação do serviço público de geração, transmissão ou distribuição de energia elétrica ou à produção de energia elétrica a partir do aproveitamento de potencial hidráulico.

11.2.Obrigações vinculadas à concessão e permissão do serviço público de energia elétrica

São obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica e representam os valores da União, Estados, Municípios e dos consumidores, as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica. O prazo de vencimento dessas obrigações é aquele estabelecido pelo órgão regulador para concessões de geração e transmissão, cuja quitação ocorrerá no final da concessão.

11.3.Imobilizado em curso

Referem-se, substancialmente, às obras de expansão em andamento do sistema de geração.

11.4.Ativos de direito de uso

O arrendamento da sede da companhia representa um ativo de direito de uso, ou seja, o direito do arrendatário de usar o ativo subjacente durante o prazo do arrendamento. Para o cálculo se estimou as taxas de desconto, com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado brasileiro, para os prazos de seus contratos, ajustadas à sua realidade e características do contrato de arrendamento (*spread* de crédito). Para isso, a taxa de desconto foi formada por dois componentes extraídos de debêntures emitidas por empresas do setor elétrico: rentabilidade e custo de emissão das debêntures. O resultado foi uma taxa de 6,19% a.a.

Com a taxa de desconto e os dados do contrato de arrendamento se encontrou um passivo de arrendamento (valor presente dos pagamentos do arrendamento) no valor de R\$ 2.326 mil, somado aos custos previstos de R\$ 165 mil a serem incorridos pelo arrendatário na restauração do ativo de direito de uso na condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, o resultado encontrado foi o ativo de direito de uso no valor de R\$ 2.491 mil (Em 2024, o valor de R\$ 2.491 mil).

11.5.Análise do valor de recuperação

Em linha com o CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável dos Ativos, para fins de análise de recuperação, o menor nível de unidade geradora de caixa considerado foi cada uma das concessões detidas, analisadas individualmente.

Estimou-se o valor recuperável das unidades geradoras de caixa com base no seu valor em uso, que representa o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados para estes ativos, e com base nas premissas relacionadas a seguir. Os valores alocados a estas premissas representam a avaliação da administração sobre as tendências futuras do setor elétrico e são baseadas tanto em fontes externas de informações como em dados históricos.

Os fluxos de caixa foram projetados com base nos resultados operacionais e projeções da companhia até o término das concessões, tendo como principais premissas:

- a) Cenários macroeconômicos obtidos através de consultorias conceituadas no mercado;
- b) Crescimento orgânico compatível com os dados históricos e perspectivas de crescimento da economia brasileira; e,
- c) Taxa média de desconto obtida através de metodologia usualmente aplicada pelo mercado, levando em consideração o custo médio ponderado de capital.

O valor recuperável desses ativos superou seu valor contábil e, portanto, não houve perdas por desvalorização a serem reconhecidas.

Conforme disposto no laudo de avaliação datado de 02 de janeiro de 2024, emitido pela empresa Taticca Auditores e Consultores Ltda., a companhia realizou o teste de recuperabilidade dos bens móveis e imóveis vinculados as usinas fotovoltaicas (UFV Cachoeira Dourada, UFV Goiânia, UFV Anápolis e UFV Rochedo), registrados no ativo imobilizado em curso, evidenciando os valores para os ativos das referidas UFV's, que compõe o patrimônio da CELGPAR, assegurando que seus ativos estão registrados contabilmente com valores que não excedem seus valores de recuperação.

12. Intangível

O saldo do intangível é composto basicamente por direitos de servidão de passagem, cuja vida útil é indefinida, bonificação de outorga da UHE Rochedo (ICPC 01) e softwares, de vida útil definida e cuja amortização é de 20% ao ano, e que teve sua recuperação analisada de acordo com o pronunciamento técnico CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

A composição dos saldos e movimentação do intangível estão descritos no quadro a seguir:

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES – CELGP
CNPJ nº 08.560.444/0001-93
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Intermediárias – Individuais e Consolidado
Findas em 31 de março de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Controladora								
Descrição	Valor Original Contábil (VOC)			Amortização Acumulada			Valor Líquido em	Valor Líquido em
	31/12/2024	Adições	31/03/2025	31/12/2024	Amortização do Período	31/03/2025	31/03/2025	31/12/2024
Geração	8.435	-	8.435	(2.327)	(73)	(2.400)	6.035	6.108
Outros	8.435	-	8.435	(2.327)	(73)	(2.400)	6.035	6.108
Administração	1.589	-	1.589	(1.064)	(3)	(1.067)	522	525
Softwares	1.589	-	1.589	(1.064)	(3)	(1.067)	522	525
Ativo Intangível em Serviço	10.024	-	10.024	(3.391)	(76)	(3.467)	6.557	6.633
Administração	237	41	278	-	-	-	278	237
Softwares	237	41	278	-	-	-	278	237
Ativo Intangível em Curso	237	41	278	-	-	-	278	237
	10.261	41	10.302	(3.391)	(76)	(3.467)	6.835	6.870

Consolidado								
Descrição	Valor Original Contábil (VOC)			Amortização Acumulada			Valor Líquido em	Valor Líquido em
	31/12/2024	Adições	31/03/2025	31/12/2024	Amortização do Período	31/03/2025	31/03/2025	31/12/2024
Geração	8.435	-	8.435	(2.327)	(73)	(2.400)	6.035	6.108
Outros	8.435	-	8.435	(2.327)	(73)	(2.400)	6.035	6.108
Administração	1.589	-	1.589	(1.064)	(3)	(1.067)	522	525
Softwares	1.589	-	1.589	(1.064)	(3)	(1.067)	522	525
Ativo Intangível em Serviço	10.024	-	10.024	(3.391)	(76)	(3.467)	6.557	6.633
Transmissão	-	63	63	-	-	-	63	-
Servidões	-	63	63	-	-	-	63	-
Administração	237	41	278	-	-	-	278	237
Softwares	237	41	278	-	-	-	278	237
Ativo Intangível em Curso	237	104	341	-	-	-	341	237
	10.261	104	10.365	(3.391)	(76)	(3.467)	6.898	6.870

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES – CELGP

CNPJ nº 08.560.444/0001-93

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Intermediárias – Individuais e Consolidado

Findas em 31 de março de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Fornecedores

A composição dos saldos em fornecedores é formada pelos seguintes valores:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
Encargos de Uso da Rede Elétrica	292	241	292	250
Materiais e Serviços	5	423	296	607
Imobilizações em Curso	326	504	326	504
	623	1.168	914	1.361

14. Empréstimos e Financiamentos**14.1. Passivo de arrendamento**

O arrendamento da sede da companhia representa um ativo de direito de uso, ou seja, o direito do arrendatário de usar o ativo subjacente durante o prazo do arrendamento. Para o cálculo se estimou as taxas de desconto, com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado brasileiro, para os prazos de seus contratos, ajustadas à sua realidade e características do contrato de arrendamento (*spread* de crédito). Para isso, a taxa de desconto foi formada por dois componentes extraídos de debêntures emitidas por empresas do setor elétrico: rentabilidade e custo de emissão das debêntures. O resultado foi uma taxa de 6,19% a.a. Com a taxa de desconto e os dados do contrato de arrendamento se encontrou um passivo de arrendamento (valor presente dos pagamentos do arrendamento).

14.2. Empréstimos e financiamentos

A seguir são detalhados os valores dos empréstimos e financiamentos:

Descrição	Vencimento	Encargos Anuais (%)	Moeda	Controladora				Consolidado			
				Circulante		Não Circulante		Circulante		Não Circulante	
				31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
Empréstimos e Financiamentos				-	-	-	-	2.550	2.553	9.279	9.898
Banco do Brasil S.A. (FCO)	01/12/2029	9,500%	Real	-	-	-	-	2.550	2.553	9.279	9.898
Arrendamento Mercantil				659	632	-	127	659	632	-	127
Contratos de Arrendamento	10/03/2026	6,1884%	Real	678	660	-	128	678	660	-	128
(-) Ajuste a Valor Presente	10/03/2026	6,1884%	Real	(19)	(28)	-	(1)	(19)	(28)	-	(1)
				659	632	-	127	3.209	3.185	9.279	10.025

A seguir são apresentadas as movimentações dos empréstimos e financiamentos durante o período, da controladora e consolidado:

Controladora								
Descrição	Vencimento	Encargos Anuais (%)	Moeda	31/12/2024	Juros	Amortização Paga	Juros Pagos	31/03/2025
Arrendamento Mercantil				759	10	(103)	(7)	659
Contratos de Arrendamento	10/03/2026	6,1884%	Real	788	-	(103)	(7)	678
(-) Ajuste a Valor Presente	10/03/2026	6,1884%	Real	(29)	10	-	-	(19)

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES – CELGP

CNPJ nº 08.560.444/0001-93

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Intermediárias – Individuais e Consolidado

Findas em 31 de março de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Consolidado								
Descrição	Vencimento	Encargos Anuais (%)	Moeda	31/12/2024	Juros	Amortização Paga	Juros Pagos	31/03/2025
Empréstimos e Financiamentos				12.451	227	(609)	(240)	11.829
Banco do Brasil S.A. (FCO)	01/12/2029	9,5000%	Real	12.451	227	(609)	(240)	11.829
Arrendamento Mercantil				759	10	(103)	(7)	659
Contratos de Arrendamento	10/03/2026	6,1884%	Real	788	-	(103)	(7)	678
(-) Ajuste a Valor Presente	10/03/2026	6,1884%	Real	(29)	10	-	-	(19)
				13.210	237	(712)	(247)	12.488

O quadro a seguir apresenta os valores de pagamentos futuros dos empréstimos e financiamentos, da controladora e consolidado:

Controladora			
Descrição	2025	2026	Total
	CP	CP	
Arrendamento Mercantil	532	127	659
Contratos de Arrendamento	550	128	678
(-) Ajuste a Valor Presente	(18)	(1)	(19)

Consolidado							
Descrição	2025	2026		2027	2028	2029	Total
	CP	CP	LP	LP	LP	LP	
Empréstimos e Financiamentos	1.931	619	1.856	2.474	2.475	2.474	11.829
Banco do Brasil S.A. (FCO)	1.931	619	1.856	2.474	2.475	2.474	11.829
Arrendamento Mercantil	532	127	-	-	-	-	659
Contratos de Arrendamento	550	128	-	-	-	-	678
(-) Ajuste a Valor Presente	(18)	(1)	-	-	-	-	(19)
	2.463	746	1.856	2.474	2.475	2.474	12.488

14.3. Empréstimos e financiamentos - Firminópolis Transmissão S.A.

A subsidiária integral Firminópolis Transmissão S.A. firmou em 28 de dezembro de 2017 contrato de abertura de crédito fixo nº 511.600.324 com o Banco do Brasil S.A., no montante de até R\$ 24.555 mil, mediante utilização de recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – Modalidade FCO Empresarial (“FCO Empresarial”), com taxa de juros de 9,5% a.a. e bônus de adimplência de 15%. O contrato vencer-se-á em 144 meses, contados a partir da data de assinatura, incluindo o período de carência que foi de 6 (seis) meses contados a partir da data de entrada em operação comercial ou março de 2019, que findou em 02 de setembro de 2019.

14.4.Fundos vinculados e garantias

Por força do referido contrato de financiamento (contrato nº 511.600.324 com o Banco do Brasil S.A.), a companhia cedeu fiduciariamente, a totalidade dos direitos creditórios de que era titular emergente do Contrato de Concessão nº 008/2016 – ANEEL, firmado com a União, representada pela ANEEL. A interveniente CELGP deu ao Banco do Brasil S.A., em penhor, em caráter irrevogável e irretratável, a partir da assinatura do referido instrumento e até a liquidação de todas as obrigações assumidas, a totalidade das ações de emissão da companhia, e de sua titularidade.

A transmissora deverá manter durante todo o prazo do financiamento o mínimo de R\$ 1.000 mil na conta reserva FCO. Para fins de atendimento a companhia aplicou referido montante em cotas de fundos de investimento de renda fixa, tendo uma remuneração nos últimos 12 meses de 11,25% a.a. (10,87% a.a., em 2024). O saldo desse fundo classificado como investimentos temporários (Fundos Vinculados) no ativo não circulante, é o seguinte:

Descrição	Consolidado	
	31/03/2025	31/12/2024
Fundos Vinculados	1.474	1.429
Principal	1.419	1.419
Rendimento Acumulado	55	10

14.5.Covenants e outras obrigações

O contrato de abertura de crédito fixo nº 511.600.324 contém cláusulas restritivas sobre o nível de endividamento e índice de cobertura do capital próprio, manutenção de conta reserva de repasse em conformidade com o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) apurado, além de distribuição de dividendos, cessão de créditos, fusão, incorporação ou qualquer reestruturação societária, as quais, se ocorrerem, devem ser previamente autorizadas pelos agentes financeiros. Caso ocorra algum desses eventos sem anuência dos credores, os saldos em aberto terão vencimento antecipado. O contrato ainda prevê o cumprimento de obrigações (*covenants*) não financeiros que se relacionam principalmente a questões sociais e operacionais.

De acordo com as cláusulas contratuais, o ICSD é de, no mínimo, 1,30 (um inteiro e trinta centésimos), cuja medição é realizada anualmente com base nas informações contábeis anuais. O ICSD deverá ser calculado a partir do ano subsequente ao da entrada em operação comercial. Em 31 de dezembro de 2024 o ICSD foi de 1,31 (1,42, em 31 de dezembro de 2023), portanto, em linha com exigido no contrato.

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES – CELGP**CNPJ nº 08.560.444/0001-93****Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Intermediárias – Individuais e Consolidado**
Findas em 31 de março de 2025**(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)****15. Obrigações Sociais e Trabalhistas**

A composição do saldo das obrigações sociais e trabalhistas é formada pelos seguintes valores:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
Folha de Pagamento				
13º Salário	246	-	274	-
Férias	2.127	2.246	2.275	2.317
Tributos Retidos na Fonte	459	775	489	795
Consignações em Favor da Concessionária e/ou Terceiros	201	203	201	203
Outros	281	81	297	81
	3.314	3.305	3.536	3.396

16. Tributos a Pagar

A composição dos saldos em tributos a pagar é formada pelos seguintes valores:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
Tributos Federais	194	203	480	355
Imposto de Renda	-	-	159	64
Contribuição Social	-	-	53	55
PIS	30	32	43	38
COFINS	164	171	225	198
Tributos Estaduais	1	-	1	-
ICMS	1	-	1	-
Tributos Municipais	3	-	3	-
Imposto sobre Propriedade de Territorial Urbano - IPTU	3	-	3	-
Contribuições Sociais	1.516	1.520	1.590	1.570
INSS	1.171	1.125	1.228	1.162
FGTS	345	395	362	408
Tributos Retidos na Fonte	38	66	89	92
Imposto de Renda Retido na Fonte	1	7	4	10
Contribuição Social	3	8	5	10
PIS	2	5	3	6
COFINS	9	24	20	30
INSS	15	14	34	21
ISS	8	8	23	15
Imobilizações em Curso	31	135	31	135
	1.783	1.924	2.194	2.152

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES – CELGP

CNPJ nº 08.560.444/0001-93

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Intermediárias – Individuais e Consolidado

Findas em 31 de março de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Encargos Setoriais

A composição dos saldos em encargos setoriais é formada pelos seguintes valores:

Descrição	Controladora				Consolidado			
	Circulante		Não Circulante		Circulante		Não Circulante	
	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	14	14	141	128	34	27	512	295
FNDCT	8	8	-	-	19	15	-	-
MME	4	4	-	-	10	8	-	-
Recursos em Poder da Empresa	-	-	141	128	-	-	512	295
Recursos a Serem Recolhidos à CDE	2	2	-	-	5	4	-	-
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	4	3	-	-	9	6	-	-
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	62	59	-	-	62	59	-	-
	80	76	141	128	105	92	512	295

18. Provisão para Litígios

As provisões para ações judiciais são reconhecidas quando a companhia tem uma obrigação presente resultante de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança.

As provisões são quantificadas ao valor presente de desembolso esperado para liquidar a obrigação, usando-se a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo, e são atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observada suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da companhia.

A composição das provisões para litígios consideradas como perda provável, a qual há constituição de provisão, é:

Controladora			
Litígios	31/12/2024	Constituição	31/03/2025
Trabalhistas	73	-	73
Cíveis	235	1.223	1.458
	308	1.223	1.531

Consolidado			
Litígios	31/12/2024	Constituição	31/03/2025
Trabalhistas	73	-	73
Cíveis	1.569	2.074	3.643
	1.642	2.074	3.716

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES – CELGP**CNPJ nº 08.560.444/0001-93****Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Intermediárias – Individuais e Consolidado**
Findas em 31 de março de 2025**(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)****18.1. Processos com probabilidade de perda possível**

A companhia possui ações de natureza cível envolvendo riscos de perda possível. A administração, com base na avaliação e opinião de seus assessores legais, classificou como perda possível e para as quais não constitui provisão, os seguintes valores:

Litígios	Reclamante	Probabilidade de Perda	Controladora		Consolidado	
			31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
Trabalhistas	Ex-funcionários	Possível	-	120	-	179
Cíveis	Indenização e Fornecedores	Possível	-	1.298	-	2.940
Regulatórios	União e ANEEL	Possível	32	32	32	32
			32	1.450	32	3.151

18.2. Tratamentos fiscais incertos e contingências relacionadas

A subsidiária integral Firminópolis Transmissão S.A. mantém discussão administrativa e judicial com a autoridade fiscal no Brasil, relacionadas a certas posições fiscais adotadas na apuração do imposto de renda e contribuição social, cuja análise atual de prognóstico, com base em avaliação interna e externa dos assessores jurídicos, é de que elas serão provavelmente aceitas em decisões de tribunais superiores de última instância. Contudo, a determinação final é incerta e depende de fatores não controlados pelo grupo, como mudanças na jurisprudência e alterações nas leis e regulamentos tributários. Caso tais tratamentos fiscais não sejam aceitos pelas referidas autoridades fiscais, o imposto de renda e contribuição social a pagar dessa demanda será de R\$ 1.949 mil.

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES – CELGP**CNPJ nº 08.560.444/0001-93****Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Intermediárias – Individuais e Consolidado**
Findas em 31 de março de 2025**(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)****19. Tributos Diferidos**

A composição dos tributos diferidos está demonstrada a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
Imposto de Renda	25.700	20.737	28.606	22.563
Provisão de Rendimentos de Aplicações Financeiras	-	-	46	9
Provisão de Energia Elétrica de Curto Prazo	90	31	90	31
Ativo de Contrato	2.270	1.785	5.130	3.602
Deságio na Aquisição de Investida	6.953	2.175	6.953	2.175
Valor Justo de Propriedades para Investimento	18.062	18.102	18.062	18.102
Provisão de IOF	-	(33)	-	(33)
Provisão para Redução ao Valor Recuperável	(8)	(8)	(8)	(8)
Amortização de Ágio	(163)	(161)	(163)	(161)
Provisão para Litígios Trabalhistas e Cíveis	(383)	(77)	(383)	(77)
PIS Diferido	(200)	(192)	(200)	(192)
COFINS Diferida	(921)	(885)	(921)	(885)
Contribuição Social	9.252	7.466	10.813	8.450
Provisão de Rendimentos de Aplicações Financeiras	-	-	17	3
Provisão de Energia Elétrica de Curto Prazo	32	11	32	11
Ativo de Contrato	817	643	2.361	1.624
Deságio na Aquisição de Investida	2.503	783	2.503	783
Valor Justo de Propriedades para Investimento	6.503	6.517	6.503	6.517
Provisão de IOF	-	(12)	-	(12)
Provisão para Redução ao Valor Recuperável	(3)	(3)	(3)	(3)
Amortização de Ágio	(59)	(58)	(59)	(58)
Provisão para Litígios Trabalhistas e Cíveis	(138)	(28)	(138)	(28)
PIS Diferido	(72)	(69)	(72)	(69)
COFINS Diferida	(331)	(318)	(331)	(318)
PIS	799	768	1.734	1.365
Provisão de RAG	18	17	18	17
Provisão de Energia Elétrica de Curto Prazo	2	1	2	1
Provisão de RAP	-	-	6	6
Ativo de Contrato	779	750	1.708	1.341
COFINS	3.683	3.538	8.000	6.292
Provisão de RAG	83	80	83	80
Provisão de Energia Elétrica de Curto Prazo	11	4	11	4
Provisão de RAP	-	-	27	28
Ativo de Contrato	3.589	3.454	7.879	6.180
	39.434	32.509	49.153	38.670

As provisões para créditos ou débitos fiscais são constituídas nos casos em que sua recuperação ou tributação futura seja efetivamente garantida. Normalmente, as provisões ativas ou passivas para créditos ou débitos fiscais podem ser constituídas sobre certas condições e com certas exceções, com relação às seguintes bases:

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES – CELGP

CNPJ nº 08.560.444/0001-93

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Intermediárias – Individuais e Consolidado
Findas em 31 de março de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- a) Diferenças temporárias ocorridas na base de cálculo dos tributos devidos (não dedutíveis ou tributáveis no exercício corrente, porém possivelmente dedutíveis ou tributáveis em exercícios futuros);
- b) Prejuízos fiscais – imposto de renda; e
- c) Base negativa de cálculo da contribuição social.

Os tributos diferidos são reconhecidos como receita ou despesa e incluídos no resultado do período. Os créditos e débitos fiscais diferidos foram apurados e estão apresentados pelo seu valor líquido no ativo ou passivo.

20. Patrimônio Líquido

Os principais assuntos no patrimônio líquido estão assim representados:

20.1.Capital social

O capital social subscrito e totalmente integralizado, em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024, é de R\$ 602.351 mil (R\$ 602.351 mil, em 31 de dezembro de 2024), representado por 79.677 mil ações ordinárias escriturais (79.677 mil ações ordinárias escriturais, em 31 de dezembro de 2024), sem valor nominal.

Acionista	Ações	
	Ordinárias	%
Estado de Goiás	79.598.660	99,9023%
Outros	77.842	0,0977%
	79.676.502	100,0000%

20.2.Dividendos e reservas de lucro

O lucro líquido do exercício é distribuído da seguinte forma:

- a) 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá de 20% do capital social. A companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital de que trata o § 1º do art. 182, da Lei nº 6.404/1976, exceder de 30% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital;
- b) Compensação de prejuízos acumulados;

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES – CELGP**CNPJ nº 08.560.444/0001-93****Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Intermediárias – Individuais e Consolidado****Findas em 31 de março de 2025****(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

c) Do lucro líquido do exercício diminuído da reserva legal e da compensação de prejuízos acumulados, 25% serão destinados a pagamento de dividendos mínimos obrigatórios. Quando sua distribuição, em determinado exercício, não estiver compatível com a situação financeira da companhia, segundo informações dos órgãos da administração à assembleia geral, é destinado à contabilização obrigatória em reserva especial – dividendo não distribuído correspondente ao valor do dividendo mínimo obrigatório; e

d) O restante do lucro líquido do exercício terá como destinação a reserva de retenção de lucros, assim como qualquer ajuste de exercício anterior que ocorra em lucros acumulados. Essa reserva tem por finalidade financiar projetos de investimentos, da companhia, e não podem prejudicar o cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios, e pode também ser utilizada para compensação de prejuízos acumulados, ou, ser utilizada conforme determinação dada pelos acionistas em assembleia geral ordinária ou extraordinária.

Foram apurados os seguintes dividendos mínimos obrigatórios, assim como o pagamento efetivo de dividendos:

Descrição	31/03/2025	31/12/2024
Lucro Líquido do Período/Exercício	6.361	37.486
(-) Constituição de Reserva Legal (5%)	-	(1.874)
Lucro Líquido Ajustado	6.361	35.612
Dividendos Mínimos Obrigatórios (25%)	-	8.903
(+) Saldo de Dividendos a Pagar do Exercício Anterior	33	37
(-) Reversão de Dividendos para Reserva Especial	-	(8.903)
(-) Reversão de Dividendos por Prescrição	-	(2)
Dividendos a Pagar	33	35
Dividendos Pagos	-	2
Saldo de Dividendos a Pagar	33	33

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES – CELGP**CNPJ nº 08.560.444/0001-93****Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Intermediárias – Individuais e Consolidado**
Findas em 31 de março de 2025**(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)****21. Receita Operacional Líquida**

A reconciliação por natureza entre a receita operacional bruta e a receita operacional líquida é demonstrada a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/03/2025	31/03/2024	31/03/2025	31/03/2024
Receita Operacional Bruta	5.437	5.955	10.217	9.163
Energia Elétrica de Curto Prazo (a)	185	185	185	185
Energia Elétrica de Curto Prazo - Não Faturado (a)	236	(13)	236	(13)
Serviços de Engenharia	35	27	35	27
Outros Serviços	30	-	-	-
Receita de Construção (b)	602	1.054	602	1.054
Receita de Remuneração do Ativo de Contrato (c)	2.730	3.030	6.665	5.650
Receita de Operação e Manutenção (d)	1.619	1.672	2.494	2.260
(-) Tributos Sobre a Receita	(482)	(543)	(658)	(659)
PIS	(54)	(56)	(83)	(74)
PIS Diferido	(31)	(42)	(34)	(45)
COFINS	(249)	(255)	(376)	(336)
COFINS Diferida	(145)	(189)	(162)	(203)
ISS	(3)	(1)	(3)	(1)
(-) Encargos do Consumidor	(141)	(126)	(196)	(162)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(30)	(30)	(70)	(56)
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	(11)	(11)	(26)	(21)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	(100)	(85)	(100)	(85)
	4.814	5.286	9.363	8.342

(a) Situação normal: os montantes de receitas faturados e/ou pagos pelas outorgadas que tiveram excedente de energia comercializados no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), foram determinados pela CCEE e referendados pela empresa.

(a) Situação excepcional: os montantes de receitas faturados e/ou pagos pelas outorgadas que tiveram excedente de energia comercializados no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), são normalmente determinados pela CCEE. Como até a data de encerramento das Demonstrações Financeiras Intermediárias, individuais e consolidadas, a CCEE ainda não havia disponibilizado as informações necessárias referentes ao período de 1º de fevereiro a 31 de março de 2025, os referidos montantes foram estimados pela outorgada, com base em seus controles mantidos para essas operações.

(b) Receita de Construção, conforme ICPC 01 (R1): correspondente a serviços de aquisição de equipamentos/serviços incorporados ao ativo de contrato.

(c) Receita Financeira: se refere ao reconhecimento de ajuste a valor presente dos ativos de contrato das concessões de geração.

(d) Receita de Operação e Manutenção: remuneração destinada para fazer face aos custos de operação e manutenção dos ativos de contrato.

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES – CELGP**CNPJ nº 08.560.444/0001-93****Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Intermediárias – Individuais e Consolidado****Findas em 31 de março de 2025****(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)****22. Custo de Construção**

Conforme ICPC 01 (R1) os custos de construção correspondem a serviços de aquisição de equipamentos e serviços incorporados aos ativos de contrato. Os gastos, por natureza, com o custo de construção estão assim representados:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/03/2025	31/03/2024	31/03/2025	31/03/2024
Pessoal	40	59	40	59
Materiais	-	3	-	3
Serviços de Terceiros	496	877	496	877
Gastos Diversos	4	5	4	5
	540	944	540	944

23. Custos Operacionais e Despesas Gerais e Administrativas

Os custos e despesas operacionais de caráter geral e administrativo, possuem as seguintes composições por natureza de gastos:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/03/2025	31/03/2024	31/03/2025	31/03/2024
Energia Comprada para Revenda	17	11	17	11
Encargos de Transmissão, Conexão e Distribuição	235	355	235	355
Pessoal	5.224	4.819	5.742	5.050
Administradores	1.476	1.451	1.498	1.459
Materiais	20	14	42	14
Serviços de Terceiros	1.769	1.105	2.939	1.765
Arrendamentos e Aluguéis	26	14	43	25
Depreciação de Arrendamento	156	156	156	156
Seguros	33	33	78	75
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	36	12
Provisão para Litígios Cíveis	1.223	-	1.874	-
(-) Recuperação de Despesas	(10)	-	(10)	-
Tributos	54	66	65	68
Depreciação	6	33	7	33
Amortização	76	78	76	78
Gastos Diversos	70	5	78	8
	10.375	8.140	12.876	9.109
Custos Operacionais	1.127	1.394	3.018	1.992
Despesas Gerais e Administrativas	9.248	6.746	9.858	7.117
	10.375	8.140	12.876	9.109

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES – CELGP

CNPJ nº 08.560.444/0001-93

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Intermediárias – Individuais e Consolidado
Findas em 31 de março de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23.1. Pessoal e administradores

Os gastos por natureza com pessoal e administradores está demonstrado a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/03/2025	31/03/2024	31/03/2025	31/03/2024
Pessoal	5.224	4.819	5.742	5.050
Remuneração	3.510	3.170	3.852	3.315
Encargos	1.147	1.105	1.265	1.156
Outros Benefícios - Corrente	530	499	588	534
Estagiários e Programa de Iniciação ao Trabalho	37	45	37	45
Administradores	1.476	1.451	1.498	1.459
Honorários e Encargos (Diretoria e Conselho)	1.439	1.415	1.461	1.423
Benefícios dos Administradores	37	36	37	36
	6.700	6.270	7.240	6.509

23.2. Remuneração dos administradores e empregados

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros de administração, os conselheiros fiscais, os diretores, e os membros do comitê de auditoria estatutário.

A remuneração de empregados e dirigentes da CELGP observam os critérios estabelecidos no Plano de Cargos e Remuneração – PCR.

No período findo em 31 de março de 2025, a maior e menor remuneração atribuída a empregados ocupantes de cargos permanentes, foram R\$ 45 e R\$ 4, respectivamente. Aos membros de diretoria e assessoria da CELGP, a maior e menor remuneração correspondem a R\$ 56 e R\$ 2, respectivamente.

A remuneração do conselho de administração, conselho fiscal, comitê de auditoria estatutário e da diretoria, relativos ao período findo em 31 de março de 2025, está devidamente fixada por Assembleia Geral Ordinária, concomitante à Assembleia Geral Extraordinária de acionistas, de 29 de abril de 2024:

Descrição	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Comitê de Auditoria Estatutário	Diretoria Estatutária	Total
Número de membros	9	5	4	4	22
Remuneração fixa mensal individual	6	6	6	56	72
Remuneração fixa mensal Total	50	28	22	223	323
Valor total da remuneração anual (por órgão)	600	333	267	2.680	3.879

Descrição	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Comitê de Auditoria Estatutário	Diretoria Estatutária
Número de membros	9	5	4	4
Valor da maior remuneração individual	6	6	6	56
Valor da menor remuneração individual	6	6	6	56
Valor médio da remuneração individual	6	6	6	56

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES – CELGP

CNPJ nº 08.560.444/0001-93

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Intermediárias – Individuais e Consolidado

Findas em 31 de março de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Outras Receitas (Despesas) Operacionais

Os saldos por natureza com outros resultados operacionais estão demonstrados a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/03/2025	31/03/2024	31/03/2025	31/03/2024
Demais Receitas e Rendas	(158)	35	(158)	35
Ajuste ao Valor Justo (a)	(158)	35	(158)	35
Ganhos na Alienação de Bens Não Reversíveis (b)	158	1.111	158	1.111
Outras Receitas Operacionais	-	1.146	-	1.146
Perdas na Alienação da Vale do São Bartolomeu	(16.283)	-	(16.283)	-
Outras Despesas Operacionais	(16.283)	-	(16.283)	-
	(16.283)	1.146	(16.283)	1.146

(a) Ajuste ao valor justo dos imóveis inservíveis à concessão em linha com o CPC 28 – Propriedade para Investimento.

(b) Corresponde ao ganho de capital nas alienações de propriedades para investimento.

25. Receitas (Despesas) Financeiras - Resultado Financeiro líquido

O resultado financeiro líquido tem a seguinte composição por natureza:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/03/2025	31/03/2024	31/03/2025	31/03/2024
Resultado Financeiro Líquido				
Receita com Aplicações Financeiras	6.639	5.181	6.890	5.261
Multas e Acréscimos Moratórios	6	2	6	2
Variações Monetárias	-	105	1	105
Deságio na Aquisição da Lago Azul	19.113	-	19.113	-
Juros sobre Empréstimos (a)	740	981	740	981
Outras Receitas Financeiras	5	17	5	17
(-) Tributos sobre Receitas Financeiras	(262)	(187)	(260)	(189)
IOF	(49)	(9)	(51)	(10)
IOF Diferido	130	115	134	114
PIS	(48)	(41)	(48)	(41)
COFINS	(295)	(252)	(295)	(252)
Receitas Financeiras	26.241	6.099	26.495	6.177
Juros sobre Empréstimos e Financiamentos	-	-	(227)	(277)
Juros sobre Passivo de Arrendamento	(10)	(20)	(10)	(20)
Variações Monetárias	(4)	(1)	(9)	(5)
Amortização de Ágio na Aquisição da Corumbá III	(9)	(9)	(9)	(9)
Despesas Financeiras	(23)	(30)	(255)	(311)
	26.218	6.069	26.240	5.866

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES – CELGP**CNPJ nº 08.560.444/0001-93****Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Intermediárias – Individuais e Consolidado****Findas em 31 de março de 2025****(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

(a) Juros sobre contrato particular de mútuo financeiro firmado entre a CELGP e a Equatorial Goiás (anterior controlada CELG D), com carência de 3 anos e remunerado à 6,8% a.a., conforme nota explicativa nº 7.

26. Imposto de Renda e Contribuição Social

A composição do imposto de renda e contribuição social é formada pelos seguintes valores:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/03/2025	31/03/2024	31/03/2025	31/03/2024
Contribuição Social Corrente	-	123	54	153
Imposto de Renda Corrente	-	337	97	386
Contribuição Social Diferida	1.786	187	1.807	199
Imposto de Renda Diferido	4.963	519	5.012	548
	6.749	1.166	6.970	1.286

As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem o imposto corrente e diferido. Os tributos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a itens registrados no patrimônio líquido ou no resultado abrangente, nos quais já são reconhecidos a valores líquidos destes efeitos fiscais.

A reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social registrados no resultado está demonstrada a seguir:

Descrição	Controladora					
	31/03/2025			31/03/2024		
	Receita ou Lucro	CSLL	IRPJ	Receita ou Lucro	CSLL	IRPJ
Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	13.110	13.110	13.110	12.104	12.104	12.104
Base de Cálculo		13.110	13.110		12.104	12.104
Imposto de Renda e Contribuição Social (9% e 25%)		1.180	1.967		1.089	3.026
Efeitos Fiscais sobre:						
Diferenças Permanentes		(833)	597		(779)	(2.164)
Diferenças Temporárias		(1.786)	(4.963)		(187)	(519)
Prejuízo Fiscal e Base de Cálculo Negativa		1.439	2.399		-	-
Adicional de Imposto de Renda		-	-		-	(6)
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes		-	-		123	337
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos		1.786	4.963		187	519
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social		1.786	4.963		310	856
Alíquota Efetiva de Imposto de Renda e Contribuição Social		13,6%	37,9%		2,6%	7,1%

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES – CELGP**CNPJ nº 08.560.444/0001-93****Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Intermediárias – Individuais e Consolidado**
Findas em 31 de março de 2025**(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Descrição	Consolidado					
	31/03/2025			31/03/2024		
	Receita ou Lucro	CSLL	IRPJ	Receita ou Lucro	CSLL	IRPJ
Receita Anual Permitida - RAP (12% e 8%)	4.214	506	337	2.715	326	217
Receitas Financeiras (100%)	104	104	104	5	5	5
Ativo de Contrato - Receita Financeira (12% e 8%)	3.935	472	315	2.620	314	210
Ativo de Contrato - Amortização (12% e 8%)	(3.339)	(401)	(267)	(2.127)	(255)	(170)
Receitas com Aplicações Financeiras - Provisão (100%)	148	148	148	75	75	75
Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	13.110	13.110	13.110	12.104	12.104	12.104
Base de Cálculo		13.939	13.747		12.569	12.441
Imposto de Renda e Contribuição Social (9% e 25%)		1.255	2.125		1.131	3.110
Efeitos Fiscais sobre:						
Diferenças Permanentes		(833)	597		(779)	(2.164)
Diferenças Temporárias		(1.807)	(5.012)		(199)	(548)
Prejuízo Fiscal e Base de Cálculo Negativa		1.439	2.399		-	-
Adicional de Imposto de Renda		-	(12)		-	(12)
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes		54	97		153	386
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos		1.807	5.012		199	548
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social		1.861	5.109		352	934
Alíquota Efetiva de Imposto de Renda e Contribuição Social		13,4%	37,2%		2,8%	7,5%

27. Lucro por Ação

O cálculo do lucro por ação básico é feito por meio da divisão do lucro líquido do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período.

O lucro por ação diluído é calculado por meio da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora (após o ajuste referente aos juros sobre as ações preferenciais e sobre títulos conversíveis, em ambos os casos líquidos de tributos) pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias.

Em 31 de março de 2025 e 2024, não houve diferença entre o lucro por ação básico e diluído.

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES – CELGP**CNPJ nº 08.560.444/0001-93****Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Intermediárias – Individuais e Consolidado**
Findas em 31 de março de 2025**(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)****28. Demonstração do Resultado por Atividade**

Em atendimento às instruções e orientações da ANEEL, apresentamos a demonstração do resultado do período segregado por atividade das Unidades de Negócio: Geração (G), Transmissão (T), Comercialização (C) e Atividades Não Vinculadas (ANV):

Descrição	Controladora							
	G	C	ANV	31/03/2025	G	C	ANV	31/03/2024
Receita Operacional Líquida	4.662	96	56	4.814	5.226	37	23	5.286
Custo de Construção	(540)	-	-	(540)	(944)	-	-	(944)
Custos Operacionais	(1.127)	-	-	(1.127)	(1.394)	-	-	(1.394)
Lucro Bruto Operacional	2.995	96	56	3.147	2.888	37	23	2.948
Despesas Gerais e Administrativas	(6.397)	(179)	(2.672)	(9.248)	(6.746)	-	-	(6.746)
Outras Receitas e Despesas Operacionais	-	-	(16.283)	(16.283)	-	-	1.146	1.146
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	-	9.276	9.276	-	-	8.687	8.687
Lucro (Prejuízo) Antes das Receitas e Despesas Financeiras	(3.402)	(83)	(9.623)	(13.108)	(3.858)	37	9.856	6.035
Receitas e Despesas Financeiras	6.536	187	19.495	26.218	6.078	-	(9)	6.069
Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	3.134	104	9.872	13.110	2.220	37	9.847	12.104
Imposto de Renda e Contribuição Social	(786)	(17)	(5.946)	(6.749)	(764)	(12)	(390)	(1.166)
Lucro Líquido do Período	2.348	87	3.926	6.361	1.456	25	9.457	10.938

	Consolidado									
Descrição	G	T	C	ANV	31/03/2025	G	T	C	ANV	31/03/2024
Operações em Continuidade										
Receita Operacional Líquida	4.662	4.549	96	56	9.363	5.226	3.056	37	23	8.342
Custo de Construção	(540)	-	-	-	(540)	(944)	-	-	-	(944)
Custos Operacionais	(1.127)	(1.891)	-	-	(3.018)	(1.394)	(598)	-	-	(1.992)
Lucro Bruto Operacional	2.995	2.658	96	56	5.805	2.888	2.458	37	23	5.406
Despesas Gerais e Administrativas	(6.397)	(610)	(179)	(2.672)	(9.858)	(6.746)	(371)	-	-	(7.117)
Outras Receitas e Despesas Operacionais	-	-	-	(16.283)	(16.283)	-	-	-	1.146	1.146
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	-	-	7.427	7.427	-	-	-	6.923	6.923
Lucro (Prejuízo) Antes das Receitas e Despesas Financeiras	(3.402)	2.048	(83)	(11.472)	(12.909)	(3.858)	2.087	37	8.092	6.358
Receitas e Despesas Financeiras	6.536	22	187	19.495	26.240	6.078	(203)	-	(9)	5.866
Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	3.134	2.070	104	8.023	13.331	2.220	1.884	37	8.083	12.224
Imposto de Renda e Contribuição Social	(786)	(221)	(17)	(5.946)	(6.970)	(764)	(120)	(12)	(390)	(1.286)
Lucro Líquido do Período	2.348	1.849	87	2.077	6.361	1.456	1.764	25	7.693	10.938

29. Seguros

A CELGP, em 31 de março de 2024, não tem contratada apólices de seguro dos bens e instalações vinculados aos contratos de concessão das atividades de geração. A companhia adota uma política preventiva com relação à contratação de seguros, procurando colocar os ativos da geração devidamente assegurados, dentro da matriz de risco. Contudo, por se tratar de uma barragem do final da década de 50 e uma usina do início da década de 90, quase que totalmente depreciadas contabilmente, mas em boas condições operacionais, não tem encontrado no mercado de seguradoras, empresas que se disponham a efetuar o seguro patrimonial.

De mais a mais, sabendo da impossibilidade de contratação do seguro patrimonial, para usinas de elevada idade e depreciados equipamentos, o poder concedente, desde 2020, não tem incluído cláusula de seguros nos contratos de concessão e prestação de serviços, fato que não tem impedido as tentativas da CELGP de assegurar seus bens. Por esses motivos, em 31 de março de 2025, a companhia não possui cobertura de seguro para esses ativos.

A companhia mantém seguro de responsabilidade civil dos seus administradores (seguro D&O), com apólice contratada e vigente até 03 de fevereiro de 2026.

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES – CELGP**CNPJ nº 08.560.444/0001-93****Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Intermediárias – Individuais e Consolidado**
Findas em 31 de março de 2025**(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Em 31 de março de 2025, as apólices de seguro existentes, especificadas por modalidade de risco e data de vigência, estão demonstradas no quadro seguir:

Risco	Vigência	Importância Segurada	Prêmio
Fiança Locatícia	11/03/2022 a 10/03/2026	1.857	29
Garantia Judicial	21/09/2022 a 21/09/2025	13.517	61
Garantia Judicial	02/05/2023 a 02/05/2026	17.824	32
Veicular	12/04/2024 a 12/04/2025	200	6
Risco Operacional (D&O)	03/02/2025 a 03/02/2026	10.000	86
Patrimonial	23/03/2025 a 23/03/2026	4.840	1
			215

30. Instrumentos Financeiros e Riscos Operacionais

Em atendimento à Resolução CVM nº 76, de 22 de março de 2022, que aprova o CPC 48 – Instrumentos Financeiros, e a Resolução CVM nº 121, de 03 de junho de 2022, que aprova o CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação, a companhia efetuou a avaliação de seus instrumentos financeiros, sendo eles:

- a) numerário disponível (equivalente ao valor contábil); e
- b) contas a receber (sujeitas a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável).

30.1.Riscos

Os negócios da CELGP compreendem, principalmente, a geração e transmissão de energia elétrica, como concessionária de serviços públicos, cujas atividades e tarifas são reguladas pela ANEEL. Os principais fatores de risco de mercado que afetam seus negócios são os seguintes:

Risco de crédito

O risco de crédito surge da possibilidade de a CELGP vir a incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados a seus clientes. Esse risco está intimamente relacionado com fatores internos e externos e para reduzir esse tipo de risco a companhia atua na gerência das contas a receber, implementando políticas específicas de cobrança. Os créditos de liquidação duvidosa, quando existentes, são adequadamente cobertos por provisão para fazer face a eventuais perdas na realização desses.

Risco quanto à escassez de energia

Trata-se de risco de déficit de energia, decorrente de condições climáticas desfavoráveis quanto à não ocorrência de chuvas, dado que a matriz energética brasileira está baseada em fontes hídricas. Anos de estiagem prolongada influenciam o volume de água em estoque nos reservatórios das usinas que, em níveis críticos, elevam o risco de desabastecimento de energia. Neste cenário, eventuais impactos no consumo de energia elétrica podem ocasionar perdas em razão da redução de receitas para a CELGP.

Verifica-se que as principais bacias hidrográficas do país, onde estão localizados os reservatórios das regiões Sudeste, Nordeste e Centro-Oeste, tem enfrentado situações climáticas adversas nos últimos anos, levando os órgãos responsáveis pelo setor a adotarem medidas de otimização dos recursos hídricos para garantir o pleno atendimento ao sistema elétrico. Com base nestas perspectivas, e em relação ao risco de curto prazo, o Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico – CMSE tem apontado equilíbrio entre a demanda e a oferta de energia, mantendo os índices dentro da margem de segurança. Por outro lado, esse risco é calculado mensalmente pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS que, segundo informações do plano mensal de operação divulgado no site www.ons.org.br ainda não prevê um programa de racionamento para os próximos dois anos.

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES – CELGP

CNPJ nº 08.560.444/0001-93

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Intermediárias – Individuais e Consolidado

Findas em 31 de março de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

31. Transações com Partes Relacionadas

Os detalhes a respeito das transações entre a companhia e suas investidas estão apresentados a seguir.

Descrição	Controladora					
	31/03/2025		31/12/2024		31/03/2025	31/03/2024
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Resultado	Resultado
Contas a Receber	-	-	-	-	30	-
Firminópolis	-	-	-	-	30	-
Dividendos a Receber (a)	8.027	-	8.216	-	-	-
Corumbá III	4.596	-	4.596	-	-	-
Pantanal	1.025	-	1.025	-	-	-
Vale do São Bartolomeu	-	-	976	-	-	-
Lago Azul	1.577	-	790	-	-	-
Firminópolis	829	-	829	-	-	-
Dividendos a Pagar (a)	-	33	-	33	-	-
Estado de Goiás e Outros	-	33	-	33	-	-
Redução de Capital (b)	-	17	-	17	-	-
Estado de Goiás e Outros	-	17	-	17	-	-
Equivalência Patrimonial (c)	-	-	-	-	9.276	8.687
Corumbá III	-	-	-	-	5.049	4.710
Fazenda Velha	-	-	-	-	215	127
Pantanal	-	-	-	-	1.975	853
Vale do São Bartolomeu	-	-	-	-	385	971
Lago Azul	-	-	-	-	667	262
Firminópolis	-	-	-	-	1.051	1.764
Planalto	-	-	-	-	(66)	-
	8.027	50	8.216	50	9.306	8.687

Descrição	Consolidado					
	31/03/2025		31/12/2024		31/03/2025	31/03/2024
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Resultado	Resultado
Dividendos a Receber (a)	5.621	-	7.387	-	-	-
Corumbá III	4.596	-	4.596	-	-	-
Pantanal	1.025	-	1.025	-	-	-
Vale do São Bartolomeu	-	-	976	-	-	-
Lago Azul	-	-	790	-	-	-
Dividendos a Pagar (a)	-	33	-	33	-	-
Estado de Goiás e Outros	-	33	-	33	-	-
Redução de Capital (b)	-	17	-	17	-	-
Estado de Goiás e Outros	-	17	-	17	-	-
Equivalência Patrimonial (c)	-	-	-	-	7.427	6.923
Corumbá III	-	-	-	-	5.049	4.710
Fazenda Velha	-	-	-	-	215	127
Pantanal	-	-	-	-	1.975	853
Vale do São Bartolomeu	-	-	-	-	385	971
Lago Azul	-	-	-	-	(131)	262
Planalto	-	-	-	-	(66)	-
	5.621	50	7.387	50	7.427	6.923

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES – CELGP

CNPJ nº 08.560.444/0001-93

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Intermediárias – Individuais e Consolidado
Findas em 31 de março de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (a) Valor de dividendos mínimos obrigatórios e dividendos adicionais propostos a pagar e a receber.
- (b) Adiantamentos para futuro aumento de capital – AFAC aportado pelo Estado de Goiás na CELGP, e restituição de capital a acionistas.
- (c) Resultado da equivalência patrimonial, conforme nota explicativa nº 10.

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES – CELGP

CNPJ nº 08.560.444/0001-93

Demonstrações Financeiras Intermediárias – Individuais e Consolidadas

Findas em 31 de março de 2025

Autorização para Apresentação das Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas

**AUTORIZAÇÃO PARA APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

As demonstrações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, foram aprovadas e autorizadas para divulgação pela Diretoria em 15 de maio de 2025 e serão apreciadas pelo Conselho Fiscal em maio de 2025.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: Savio de Faria Caram Zuquim

Membros: Savio de Faria Caram Zuquim, Renato Rodrigues de Lyra, José Fernando Navarrete Pena, Leonardo Lopes Saad, Dionizio Jerônimo Alves, Breno do Carmo Moreira Vieira, David Aires Leste, Enio Landim Dantas e Leandro Neves de Oliveira Bando.

CONSELHO FISCAL

Presidente: Adriano da Rocha Lima

Membros: Adriano da Rocha Lima, Marcio Cesar Pereira, Marcos Tadeu de Andrade, Pedro Henrique Ramos Sales e Rafael de Souza Morsch.

DIRETORIA

José Fernando Navarrete Pena

Diretor Presidente

CPF nº 303.118.701-63

Gustavo Mendanha Melo

Diretor Vice-Presidente e de Relações com
Investidores

CPF nº 983.276.401-78

**Anita Luzia de Souza Pinheiro da
Costa Belchior**

Diretora de Gestão Corporativa

CPF nº 704.879.101-25

Marcos Roberto Silva

Diretor Técnico e Comercial

CPF nº 938.380.341-04

Cleiton Silva Ferreira

Contador CRC-GO 018721/O-6

CPF nº 964.944.921-34

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES – CELGP

CNPJ nº 08.560.444/0001-93

Demonstrações Financeiras Intermediárias – Individuais e Consolidadas

Findas em 31 de março de 2025

Declaração de Concordância com as Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas

DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA COM AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Os Diretores da Companhia Celg de Participações – CELGP, em cumprimento ao disposto no art. 27, inciso VI da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, e às disposições estatutárias, declaram que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, findas em 31 de março de 2025.

Goiânia-GO, 15 de maio de 2025.

DIRETORIA

José Fernando Navarrete Pena

Diretor Presidente

CPF nº 303.118.701-63

Gustavo Mendanha Melo

Diretor Vice-Presidente e de Relações com
Investidores

CPF nº 983.276.401-78

**Anita Luzia de Souza Pinheiro da
Costa Belchior**

Diretora de Gestão Corporativa

CPF nº 704.879.101-25

Marcos Roberto Silva

Diretor Técnico e Comercial

CPF nº 938.380.341-04

**DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA COM O RELATÓRIO DOS AUDITORES
INDEPENDENTES**

Os Diretores da Companhia Celg de Participações – CELGP, em cumprimento ao disposto no art. 27, inciso V da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, e às disposições estatutárias, declaram que reviram e discutiram as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes, concordando com o relatório emitido pela Convicta Auditores Independentes S.S. Ltda., datado de 15 de maio de 2025, referente às demonstrações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, findas em 31 de março de 2025.

Goiânia-GO, 15 de maio de 2025.

DIRETORIA

José Fernando Navarrete Pena

Diretor Presidente

CPF nº 303.118.701-63

Gustavo Mendanha Melo

Diretor Vice-Presidente e de Relações com
Investidores

CPF nº 983.276.401-78

**Anita Luzia de Souza Pinheiro da
Costa Belchior**

Diretora de Gestão Corporativa

CPF nº 704.879.101-25

Marcos Roberto Silva

Diretor Técnico e Comercial

CPF nº 938.380.341-04